

No. 37341

Paraguay, Argentina, Brazil and Uruguay

Treaty for the establishment of a Common Market (Asunción Treaty) between the Argentine Republic, the Federative Republic of Brazil, the Republic of Paraguay and the Eastern Republic of Uruguay (with annexes). Asunción, 26 March 1991

Entry into force: 29 November 1991, in accordance with article 19 (see following page)

Authentic texts: Portuguese and Spanish

Registration with the Secretariat of the United Nations: Paraguay, 9 March 2001

Paraguay, Argentine, Brésil et Uruguay

Traité relatif à l'établissement d'un Marché commun (Traité d'Asunción) entre la République argentine, la République fédérative du Brésil, la République du Paraguay et la République orientale de l'Uruguay (avec annexes). Asunción, 26 mars 1991

Entrée en vigueur : 29 novembre 1991, conformément à l'article 19 (voir la page suivante)

Textes authentiques : portugais et espagnol

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Paraguay, 9 mars 2001

Participant	Ratification
Argentina	30 Oct 1991
Brazil	30 Oct 1991
Paraguay	6 Aug 1991
Uruguay	6 Aug 1991

Participant	Ratification
Argentine	30 oct 1991
Brésil	30 oct 1991
Paraguay	6 août 1991
Uruguay	6 août 1991

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

TRATADO PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM MERCADO COMUM ENTRE A REPÚBLICA ARGENTINA, A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A REPÚBLICA DO PARAGUAI E A REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, doravante denominados "Estados Partes";

Considerando que a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social;

Entendendo que esse objetivo deve ser alcançado mediante o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, a preservação do meio ambiente, o melhoramento das interconexões físicas, a coordenação de políticas macroeconômicas e a complementação dos diferentes setores da economia, com base nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio;

Tendo em conta a evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação de grandes espaços econômicos, e a importância de lograr uma adequada inserção internacional para seus países;

Expressando que este processo de integração constitui uma resposta adequada a tais acontecimentos;

Conscientes de que o presente Tratado deve ser considerado como um novo avanço no esforço tendente ao desenvolvimento progressivo da integração da América Latina, conforme o objetivo do Tratado de Montevidéu de 1980;

Convencidos da necessidade de promover o desenvolvimento científico e tecnológico dos Estados Partes e de modernizar suas economias para ampliar a oferta e a qualidade dos bens de serviço disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes;

Reafirmando sua vontade política de deixar estabelecidas as bases para uma união cada vez mais estreita entre seus povos, com a finalidade de alcançar os objetivos supramencionados;

Acordam:

C A P Í T U L O I
Propósitos, Princípios e Instrumentos

ARTIGO 1

Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, e que se denominará "Mercado Comum do Sul" (MERCOSUL).

Este Mercado Comum implica:

A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;

O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;

A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes - de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem - , a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes, e

O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

ARTIGO 2

O Mercado Comum estará fundado na reciprocidade de direitos e obrigações entre os Estados Partes.

ARTIGO 3

Durante o período de transição, que se estenderá desde a entrada em vigor do presente Tratado até 31 de dezembro de 1994, e a fim de facilitar a constituição do Mercado Comum, os Estados Partes adotam um Regime Geral de Origem, um Sistema de Solução de Controvérsias e Cláusulas de Salvaguarda, que constam como Anexos II, III e IV ao presente Tratado.

ARTIGO 4

Nas relações com terceiros países, os Estados Partes assegurarão condições equitativas de comércio. Para tal fim, aplicarão suas legislações nacionais para inibir importações cujos preços estejam influenciados por subsídios, dumping ou qualquer outra prática desleal. Paralelamente, os Estados Partes coordenarão suas respectivas políticas nacionais com o objetivo de elaborar normas comuns sobre concorrência comercial.

ARTIGO 5

Durante o período de transição, os principais instrumentos para a constituição do Mercado Comum são:

- a) Um Programa de Liberação Comercial, que consistirá em reduções tarifárias progressivas, lineares e automáticas, acompanhadas da eliminação de restrições não tarifárias ou medidas de efeito equivalente, assim como de outras restrições ao comércio entre os Estados Partes, para chegar a 31 de dezembro de 1994 com tarifa zero, sem barreiras não tarifárias sobre a totalidade do universo tarifário (Anexo I);

- b) A coordenação de políticas macroeconômicas que se realizará gradualmente e de forma convergente com os programas de desgravação tarifária e eliminação de restrições não tarifárias, indicados na letra anterior;
- c) Uma tarifa externa comum, que incentive a competitividade externa dos Estados Partes;
- d) A adoção de acordos setoriais, com o fim de otimizar a utilização e mobilidade dos fatores de produção e alcançar escalas operativas eficientes.

ARTIGO 6

Os Estados Partes reconhecem diferenças pontuais de ritmo para a República do Paraguai e para a República Oriental do Uruguai, que constam no Programa de Liberação Comercial (ANEXO 1).

ARTIGO 7

Em matéria de impostos, taxas e outros gravames internos, os produtos originários do território de um Estado Parte gozarão, nos outros Estados Partes, do mesmo tratamento que se aplique ao produto nacional.

ARTIGO 8

Os Estados Partes se comprometem a preservar os compromissos assumidos até a data de celebração do presente Tratado, inclusive os Acordos firmados no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração, e a coordenar suas posições nas negociações comerciais externas que empreendam durante o período de transição. Para tanto:

- a) Evitarão afetar os interesses dos Estados Partes nas negociações comerciais que realizem entre si até 31 de dezembro de 1994;

- b) Evitarão afetar os interesses dos demais Estados Partes ou os objetivos do Mercado Comum nos Acordos que celebrarem com outros países membros da Associação Latino-Americana de Integração durante o período de transição;
- c) Realizarão consultas entre si sempre que negociem esquemas amplos de desgravação tarifária, tendentes à formação de zonas de livre comércio com os demais países membros da Associação Latino-Americana de Integração;
- d) Estenderão automaticamente aos demais Estados Partes qualquer vantagem, favor, franquia, imunidade ou privilégio que concedam a um produto originário de ou destinado a terceiros países não membros da Associação Latino-Americana de Integração.

C A P Í T U L O II

Estrutura Orgânica

ARTIGO 9

A administração e execução do presente Tratado e dos Acordos específicos e decisões que se adotem no quadro jurídico que o mesmo estabelece durante o período de transição estarão a cargo dos seguintes órgãos:

- a) Conselho do Mercado Comum;
- b) Grupo Mercado Comum.

ARTIGO 10

O Conselho é o órgão superior do Mercado Comum, correspondendo-lhe a condução política do mesmo e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos para a constituição definitiva do Mercado Comum.

ARTIGO 11

O Conselho estará integrado pelos Ministros de Relações Exteriores e os Ministros de Economia dos Estados Partes.

Reunir-se-á quantas vezes estime oportuno, e, pelo menos uma vez ao ano, o fará com a participação dos Presidentes dos Estados Partes.

ARTIGO 12

A Presidência do Conselho se exercerá por rotação dos Estados Partes e em ordem alfabética, por períodos de seis meses.

As reuniões do Conselho serão coordenadas pelos Ministros de Relações Exteriores e poderão ser convidados a delas participar outros Ministros ou autoridades de nível ministerial.

ARTIGO 13

O Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do Mercado Comum e será coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores.

O Grupo Mercado Comum terá faculdade de iniciativa. Suas funções serão as seguintes:

- velar pelo cumprimento do Tratado;
- tomar as providências necessárias ao cumprimento das decisões adotadas pelo Conselho;
- propor medidas concretas tendentes à aplicação do Programa de Liberação Comercial, à coordenação de políticas macroeconômicas e à negociação de Acordos frente a terceiros;
- fixar programas de trabalho que assegurem avanços para o estabelecimento do Mercado Comum.

- fixar programas de trabalho que assegurem avanços para o estabelecimento do Mercado Comum.

O Grupo Mercado Comum poderá constituir os Subgrupos de Trabalho que forem necessários para o cumprimento de seus objetivos. Contará inicialmente com os Subgrupos mencionados no Anexo V.

O Grupo Mercado Comum estabelecerá seu regime interno no prazo de 60 dias a partir de sua instalação.

ARTIGO 14

O Grupo Mercado Comum estará integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternos por país, que representem os seguintes órgãos públicos:

- Ministério das Relações Exteriores;
- Ministério da Economia ou seus equivalentes (áreas de indústria, comércio exterior e ou coordenação econômica);
- Banco Central.

Ao elaborar e propor medidas concretas no desenvolvimento de seus trabalhos, até 31 de dezembro de 1994, o Grupo Mercado Comum poderá convocar, quando julgar conveniente, representantes de outros órgãos da Administração Pública e do setor privado.

ARTIGO 15

O Grupo Mercado Comum contará com uma Secretaria Administrativa cujas principais funções consistirão na guarda de documentos e comunicações de atividades do mesmo. Terá sua sede na cidade de Montevidéu.

ARTIGO 16

Durante o período de transição, as decisões do Conselho do Mercado Comum e do Grupo Mercado Comum serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados Partes.

ARTIGO 17

Os idiomas oficiais do Mercado Comum serão o português e o espanhol e a versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião.

ARTIGO 18

Antes do estabelecimento do Mercado Comum, a 31 de dezembro de 1994, os Estados Partes convocarão uma reunião extraordinária com o objetivo de determinar a estrutura institucional definitiva dos órgãos de administração do Mercado Comum, assim como as atribuições específicas de cada um deles e seu sistema de tomada de decisões.

C A P Í T U L O III
Vigência

ARTIGO 19

O presente Tratado terá duração indefinida e entrará em vigor 30 dias após a data do depósito do terceiro instrumento de ratificação. Os instrumentos de ratificação serão depositados ante o Governo da República do Paraguai, que comunicará a data do depósito aos Governos dos demais Estados Partes.

O Governo da República do Paraguai notificará ao Governo de cada um dos demais Estados Partes a data de entrada em vigor do presente Tratado.

C A P Í T U L O IV

Adesão

ARTIGO 20

O presente Tratado estará aberto à adesão, mediante negociação, dos demais países membros da Associação Latino-Americana de Integração, cujas solicitações poderão ser examinadas pelos Estados Partes depois de cinco anos de vigência deste Tratado.

Não obstante, poderão ser consideradas antes do referido prazo as solicitações apresentadas por países membros da Associação Latino-Americana de Integração que não façam parte de esquemas de integração subregional ou de uma associação extra-regional.

A aprovação das solicitações será objeto de decisão unânime dos Estados Partes.

C A P Í T U L O V

Denúncia

ARTIGO 21

O Estado Parte que desejar desvincular-se do presente Tratado deverá comunicar essa intenção aos demais Estados Partes de maneira expressa e formal, efetuando no prazo de sessenta (60) dias a entrega do documento de denúncia ao Ministério das Relações Exteriores da República do Paraguai, que o distribuirá aos demais Estados Partes.

ARTIGO 22

Formalizada a denúncia, cessarão para o Estado denunciante os direitos e obrigações que correspondam a sua condição de Estado Parte, mantendo-se os referentes ao programa de liberação do presente Tratado e outros aspectos que os Estados Partes, juntos com o Estado denunciante, acordem no prazo de sessenta (60) dias após a formalização da denúncia. Esses direitos e obrigações do Estado denunciante continuarão em vigor por um período de dois (2) anos a partir da data da mencionada formalização.

C A P Í T U L O VI
Disposições Gerais

ARTIGO 23

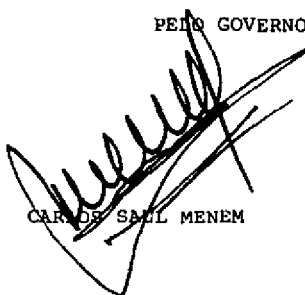
O presente Tratado se chamará "Tratado de Assunção".

ARTIGO 24

Com o objetivo de facilitar a implementação do Mercado Comum, estabelecer-se-á uma Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL. Os Poderes Executivos dos Estados Partes manterão seus respectivos Poderes Legislativos informados sobre a evolução do Mercado Comum objeto do presente Tratado.

Feito na cidade de Assunção, aos _____ dias do mês março de mil novecentos e noventa e um, em um original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos. O Governo da República do Paraguai será o depositário do presente Tratado e enviará cópia devidamente autenticada do mesmo aos Governos dos demais Estados Partes signatários e aderentes.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA



CARLOS MENEM



GUIDO DI TELLA

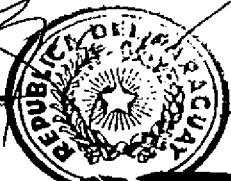
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

f. Collor
FERNANDO COLLOR

[Signature]
FRANCISCO REZEK

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI

[Signature]
ANDRES RODRIGUES



[Signature]
ALEXIS FRUTOS VAESKEN

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

[Signature]
LUIS ALBERTO LACALLE HERRERA

[Signature]
HECTOR GROSSESSELL

A N E X O I

Programa de Liberação Comercial

ARTIGO PRIMEIRO

Os Estados Partes acordam eliminar, o mais tardar a 31 de dezembro de 1994, os gravames e demais restrições aplicadas ao seu comércio recíproco.

No que se refere às Listas de Exceções apresentadas pela República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai, o prazo para sua eliminação se estenderá até 31 de dezembro de 1995, nos termos do Artigo Sétimo do presente Anexo.

ARTIGO SEGUNDO

Para efeito do disposto no Artigo anterior, se entenderá:

- a) por "gravames", os direitos aduaneiros e quaisquer outras medidas de efeito equivalente, sejam de caráter fiscal, monetário, cambial ou de qualquer natureza, que incidam sobre o comércio exterior. Não estão compreendidas neste conceito taxas e medidas análogas quando respondam ao custo aproximado dos serviços prestados; e
- b) por "restrições", qualquer medida de caráter administrativo, financeiro, cambial ou de qualquer natureza, mediante a qual um Estado Parte impeça ou dificulte, por decisão unilateral, o comércio recíproco. Não estão compreendidas no mencionado conceito as medidas adotadas em virtude das situações previstas no Artigo 50 do Tratado de Montevidéu de 1980.

ARTIGO TERCEIRO

A partir da data de entrada em vigor do Tratado, os Estados Partes iniciarão um programa de desgravação progressivo, linear e automático, que beneficiará os produtos compreendidos no universo tarifário, classificados em conformidade com a nomenclatura tarifária utilizada pela Associação Latino-Americana de Integração, de acordo com o cronograma que se estabelece a seguir:

DATA/PERCENTUAL DE DESGRAVAÇÃO

30/VI/91	31/XII/91	30/VI/92	31/XII/92
47	54	61	68
30/VI/93	31/XII/93	30/VI/94	31/XII/94
75	82	89	100

As preferências serão aplicadas sobre a tarifa vigente no momento de sua aplicação e consistem em uma redução percentual dos gravames mais favoráveis aplicados à importação dos produtos procedentes de terceiros países não membros da Associação Latino-Americana de Integração.

No caso de algum dos Estados Partes elevar essa tarifa para a importação de terceiros países, o cronograma estabelecido continuará a ser aplicado sobre o nível tarifário vigente a 1 de janeiro de 1991.

Se se reduzirem as tarifas, a preferência correspondente será aplicada automaticamente sobre a nova tarifa na data de entrada em vigência da mesma.

Para tal efeito, os Estados Partes intercambiarão entre si e remeterão à Associação Latino-Americana de Integração, dentro de trinta dias a partir da entrada em vigor do Tratado, cópias atualizadas de suas tarifas aduaneiras, assim como das vigentes em 1 de janeiro de 1991.

ARTIGO QUARTO

As preferências negociadas nos Acordos de Alcance Parcial, celebrados no marco da Associação Latino-Americana de Integração pelos Estados Partes entre si, serão aprofundadas dentro do presente Programa de Desgravação de acordo com o seguinte cronograma:

DATA/PERCENTUAL DE DESGRAVAÇÃO

31/XII/90	30/VI/91	31/XII/91	30/VI/92	31/XII/92
00 a 40	47	54	61	68
41 a 45	52	59	66	73
46 a 50	57	64	71	78
51 a 55	61	67	73	79
56 a 60	67	74	81	88
61 a 65	71	77	83	89
66 a 70	75	80	85	90
71 a 75	80	85	90	95
76 a 80	85	90	95	100
81 a 85	89	93	97	100
86 a 90	95	100		
91 a 95	100			
96 a 100				

30/VI/93	31/XII/93	30/VI/94	31/XII/94
75	82	89	100
80	87	94	100
85	92	100	
86	93	100	
95	100		
96	100		
95	100		
100			

Estas desgravações se aplicarão exclusivamente no âmbito dos respectivos Acordos de Alcance Parcial, não beneficiando os demais integrantes do Mercado Comum, e não alcançarão os produtos incluídos nas respectivas Listas de Exceções.

ARTIGO QUINTO

Sem prejuízo do mecanismo descrito nos Artigos Terceiro e Quarto, os Estados Partes poderão aprofundar adicionalmente as preferências, mediante negociações a efetuarem-se no âmbito dos Acordos previstos no Tratado de Montevidéu 1980.

ARTIGO SEXTO

Estarão excluídos do cronograma de desgravação a que se referem os Artigos Terceiro e Quarto do presente Anexo os produtos compreendidos nas Listas de Exceções apresentadas por cada um dos Estados Partes com as seguintes quantidades de itens NALADI:

República Argentina	394
República Federativa do Brasil	324
República do Paraguai	439
República Oriental do Uruguai	960

ARTIGO SÉTIMO

As Listas de Exceções serão reduzidas no vencimento de cada ano calendário de acordo com o cronograma que se detalha a seguir:

- a) Para a República Argentina e a República Federativa do Brasil na razão de vinte por cento (20%) anuais dos itens que a compõem, redução que se aplica desde 31 de dezembro de 1990;
- b) Para a República do Paraguai e para a República Oriental do Uruguai, a redução se fará na razão de:
 - 10% na data de entrada em vigor do Tratado,
 - 10% em 31 de dezembro de 1991,
 - 20% em 31 de dezembro de 1992,
 - 20% em 31 de dezembro de 1993,
 - 20% em 31 de dezembro de 1994,
 - 20% em 31 de dezembro de 1995.

ARTIGO OITAVO

As Listas de Exceções incorporadas nos Apêndices I, II, III e IV incluem a primeira redução contemplada no Artigo anterior.

ARTIGO NONO

Os produtos que forem retirados das Listas de Exceções nos termos previstos no Artigo Sétimo se beneficiarão automaticamente das preferências que resultem do Programa de Desgravação estabelecido no Artigo Terceiro do presente Anexo com, pelo menos, o percentual de desgravação mínimo previsto na data em que se opere sua retirada dessas Listas.

ARTIGO DÉCIMO

Os Estados Partes somente poderão aplicar até 31 de dezembro de 1994, aos produtos compreendidos no programa de desgravação, as restrições não tarifárias expressamente declaradas nas Notas Complementares ao Acordo de Complementação que os Estados Partes celebrem no marco do Tratado de Montevidéu 1980.

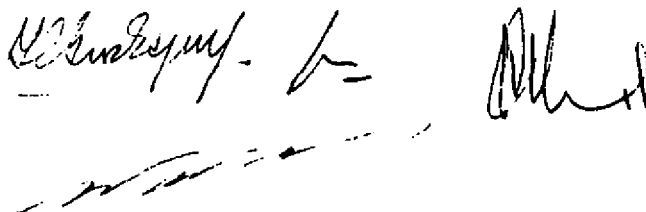
A 31 de dezembro de 1994 e no âmbito do Mercado Comum, ficarão eliminadas todas as restrições não tarifárias.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

A fim de assegurar o cumprimento do cronograma de desgravação estabelecido nos Artigos Terceiro e Quarto, assim como o Estabelecimento do Mercado Comum, os Estados Partes coordenarão as políticas macroeconômicas e as setoriais que se acordem, a que se refere o Tratado para a Constituição do Mercado Comum, começando por aquelas relacionadas aos fluxos de comércio e à configuração dos setores produtivos dos Estados Partes.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

As normas contidas no presente Anexo não se aplicarão aos Acordos de Alcance Parcial, de Complementação Econômica Números 1, 2, 13 e 14, nem aos comerciais e agropecuários, subscritos no âmbito do Tratado de Montevidéu 1980, os quais se regerão exclusivamente pelas disposições neles estabelecidas.



Two handwritten signatures are present. The first signature is on the left, followed by a horizontal dashed line. The second signature is on the right.

A N E X O II

Regime Geral de Origem

C A P Í T U L O I

Regime Geral de Qualificação de Origem

ARTIGO PRIMEIRO

Serão considerados originários dos Estados Partes:

- a) Os produtos elaborados integralmente no território de qualquer um deles, quando em sua elaboração forem utilizados exclusivamente materiais originários dos Estados Partes;
- b) Os produtos compreendidos nos capítulos ou posições da Nomenclatura Tarifária da Associação Latino-Americana de Integração que se identificam no Anexo 1 da Resolução 78 do Comitê de Representantes da citada Associação, pelo simples fato de serem produzidos em seus respectivos territórios.

Considerar-se-ão produzidos no território de um Estado Parte:

- i) Os produtos dos reinos mineral, vegetal ou animal, incluindo os da caça e da pesca, extraídos, colhidos ou apanhados, nascidos e criados em seu território ou em suas Águas Territoriais ou Zona Econômica Exclusiva;
- ii) Os produtos do mar extraídos fora de suas Águas Territoriais e Zona Econômica Exclusiva por barcos de sua bandeira ou arrendados por empresas estabelecidas em seu território; e
- iii) Os produtos que resultem de operações ou processos efetuados em seu território pelos quais adquiram a forma final em que serão comercializados, exceto quando esses processos ou operações consistam somente em simples montagens ou ensamblagens, embalagem, fracionamento em lotes ou volumes, seleção e classificação, marcação, composição de sortimentos de mercadorais ou outras operações ou processos equivalentes;

- c) Os produtos em cuja elaboração se utilizem materiais não originários dos Estados Partes, quando resultem de um processo de transformação, realizado no território de algum deles, que lhes confira uma nova individualidade, caracterizada pelo fato de estarem classificados na Nomenclatura Aduaneira da Associação Latino-Americana de Integração em posição diferente à dos mencionados materiais, exceto nos casos em que os Estados Partes determinem que, ademais, se cumpra com o requisito previsto no Artigo Segundo do presente Anexo.

Não obstante, não serão considerados originários os produtos resultantes de operações ou processos efetuados no território de um Estado Parte pelos quais adquiram a forma final em que serão comercializados, quando nessas operações ou processos forem utilizados exclusivamente materiais ou insumos não originários de seus respectivos países e consistam apenas em montagens ou ensamblagens, fracionamento em lotes ou volumes, seleção, classificação, marcação, composição de sortimentos de mercadorias ou outras operações ou processos semelhantes;

- d) Até 31 de dezembro de 1994, os produtos resultantes de operações de ensamblagem e montagem realizadas no território de um Estado Parte utilizando materiais originários dos Estados Partes e de terceiros países, quando o valor dos materiais originários não for inferior a 40% do valor FOB de exportação do produto final, e
- e) Os produtos que, além de serem produzidos em seu território, cumpram com os requisitos específicos estabelecidos no Anexo 2 da Resolução 78 do Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração.

ARTIGO SEGUNDO

Nos casos em que o requisito estabelecido na letra c) do Artigo Primeiro não possa ser cumprido porque o processo de transformação operado não implica mudança de posição na nomenclatura,

bastará que o valor CIF porto de destino ou CIF porto marítimo dos materiais de terceiros países não exceda a 50 (cinquenta) por cento do valor FOB de exportação das mercadorias de que se trata.

Na ponderação dos materiais originários de terceiros países para os Estados Partes sem litoral marítimo, ter-se-ão em conta, como porto de destino, os depósitos e zonas francas concedidos pelos demais Estados Partes, quando os materiais chegarem por via marítima.

ARTIGO TERCEIRO

Os Estados Partes poderão estabelecer, de comum acordo, requisitos específicos de origem, que prevalecerão sobre os critérios gerais de qualificação.

ARTIGO QUARTO

Na determinação dos requisitos específicos de origem a que se refere o Artigo Terceiro, assim como na revisão dos que tiverem sido estabelecidos, os Estados Partes tomarão como base, individual ou conjuntamente, os seguintes elementos:

I. Materiais e outros insumos empregados na produção:

a) Matérias primas:

i) Matéria prima preponderante ou que confira ao produto sua característica essencial; e

ii) Matérias primas principais.

b) Partes ou peças:

i) Parte ou peça que confira ao produto sua característica essencial

ii) Partes ou peças principais; e

iii) Percentual das partes ou peças em relação ao peso total.

c) Outros insumos.

II. Processo de transformação ou elaboração utilizado.

III. Proporção máxima do valor dos materiais importados de terceiros países em relação ao valor total do produto, que resulte do procedimento de valorização acordado em cada caso.

ARTIGO QUINTO

Em casos excepcionais, quando os requisitos específicos não puderem ser cumpridos porque ocorrem problemas circunstanciais de abastecimento: disponibilidade, especificações técnicas, prazo de entrega e preço, tendo em conta o disposto no Artigo 4 do Tratado, poderão ser utilizados materiais não originários dos Estados Partes.

Dada a situação prevista no parágrafo anterior, o país exportador emitirá o certificado correspondente informando ao Estado Parte importador e ao Grupo Mercado Comum, acompanhando os antecedentes e constâncias que justifiquem a expedição do referido documento.

Caso se produza uma contínua reiteração desses casos, o Estado Parte exportador ou o Estado Parte importador comunicará esta situação ao Grupo Mercado Comum, para fins de revisão do requisito específico.

Este Artigo não compreende os produtos que resultem de operações de ensablagem ou montagem, e será aplicável até a entrada em vigor da Tarifa Externa Comum para os produtos objeto de requisitos específicos de origem e seus materiais ou insumos.

ARTIGO SEXTO

Qualquer dos Estados Partes poderá solicitar a revisão dos requisitos de origem estabelecidos de conformidade com o Artigo Primeiro. Em sua solicitação, deverá propor e fundamentar os requisitos aplicáveis ao produto ou produtos de que se trate.

ARTIGO SÉTIMO

Para fins do cumprimento dos requisitos de origem, os materiais e outros insumos, originários do território de qualquer dos Estados Partes, incorporados por um Estado Parte na elaboração de determinado produto, serão considerados originários do território deste último.

ARTIGO OITAVO

O critério de máxima utilização de materiais ou outros insumos originários dos Estados Partes não poderá ser considerado para fixar requisitos que impliquem a imposição de materiais ou outros insumos dos referidos Estados Partes, quando, a juízo dos mesmos, estes não cumpram condições adequadas de abastecimento, qualidade e preço, ou que não se adaptem aos processos industriais ou tecnologias aplicadas.

ARTIGO NONO

Para que as mercadorias originárias se beneficiem dos tratamentos preferenciais, as mesmas deverão ter sido expedidas diretamente do país exportador ao país importador. Para tal fim, se considera expedição direta:

- a) As mercadorias transportadas sem passar pelo território de algum país não participante do Tratado.

- b) As mercadorias transportadas em trânsito por um ou mais países não participantes, com ou sem transbordo ou armazenamento temporário, sob a vigilância de autoridade alfandegária competente em tais países, sempre que:
- i) o trânsito estiver justificado por razões geográficas ou por considerações relativas a requerimentos do transporte;
 - ii) não estiverem destinadas ao comércio, uso ou emprego no país de trânsito, e
 - iii) não sofram, durante o transporte e depósito, nenhuma operação distinta às de carga e descarga ou manuseio para mantê-las em boas condições ou assegurar sua conservação.

ARTIGO DÉCIMO

Para os efeitos do presente Regime Geral se entenderá:

- a) que os produtos procedentes das zonas francas situadas nos limites geográficos de qualquer dos Estados Partes deverão cumprir os requisitos previstos no presente Regime Geral;
- b) que a expressão "materiais" compreende as matérias primas, os produtos intermediários e as partes e peças utilizadas na elaboração das mercadorias.

C A P Í T U L O II

Declaração, Certificação e Comprovação

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Para que a importação dos produtos originários dos Estados Partes possa beneficiar-se das reduções de gravames e restrições outorgadas entre si, na documentação correspondente às exportações de tais produtos deverá constar uma declaração que certifique o cumprimento dos requisitos de origem estabelecidos de acordo com o disposto no Capítulo anterior

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

A declaração a que se refere o Artigo precedente será expedida pelo produtor final ou pelo exportador da mercadoria, e certificada por uma repartição oficial ou entidade de classe com personalidade jurídica, credenciada pelo Governo do Estado Parte exportador.

Ao credenciar entidades de classe, os Estados Partes velarão para que se trate de organizações que atuem com jurisdição nacional, podendo delegar atribuições a entidades regionais ou locais, conservando sempre a responsabilidade direta pela veracidade das certificações que forem expedidas.

Os Estados Partes se comprometem, no prazo de 90 dias a partir da entrada em vigor do Tratado, a estabelecer um regime harmonizado de sanções administrativas para casos de falsidade nos certificados, sem prejuízo das ações penais correspondentes.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

Os certificados de origem emitidos para os fins do presente Tratado terão prazo de validade de 180 dias, a contar da data de sua expedição.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

Em todos os casos, se utilizará o formulário-padrão que figura anexo ao Acordo 25 do Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração, enquanto não entrar em vigor outro formulário aprovado pelos Estados Partes.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

Os Estados Partes comunicarão à Associação Latino-Americana de Integração a relação das repartições oficiais e entidades de classe credenciadas a expedir a certificação a que se refere o Artigo anterior, com o registro e fac-simile das assinaturas autorizadas.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

Sempre que um Estado Parte considerar que os certificados emitidos por uma repartição oficial ou entidade de classe credenciada de outro Estado Parte não se ajustam às disposições contidas no presente Regime Geral, comunicará o fato ao outro Estado Parte para que este adote as medidas que estime necessárias para solucionar os problemas apresentados.

Em nenhum caso o país importador deterá o trâmite de importação dos produtos amparados nos certificados a que se refere o parágrafo anterior, mas poderá, além de solicitar as informações adicionais que correspondam às autoridades governamentais do país exportador, adotar as medidas que considere necessárias para resguardar o interesse fiscal.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

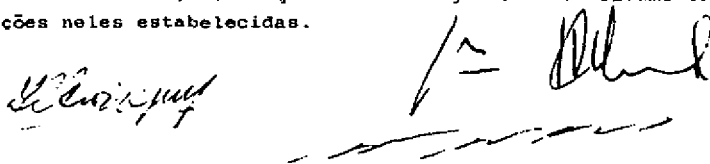
Para fins de um controle posterior, as cópias dos certificados e os documentos respectivos deverão ser conservados durante dois anos a partir de sua emissão.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO

As disposições do presente Regime Geral e as modificações que lhe forem introduzidas não afetarão as mercadorias embarcadas na data de sua adoção.

ARTIGO DÉCIMO NONO

As normas contidas no presente Anexo não se aplicam aos Acordos de Alcance Parcial, de Complementação Econômica nr. 1, 2, 13 e 14 nem aos comerciais e agropecuários subscritos no âmbito do Tratado de Montevideu 1980, os quais se regerão exclusivamente pelas disposições neles estabelecidas.



Two handwritten signatures are present. The one on the left is written in cursive and appears to be 'L. C. ...'. The one on the right is also in cursive and appears to be 'J. ...'. Below the signatures is a horizontal line.

A N E X O III
Solução de Controvérsias

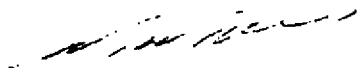
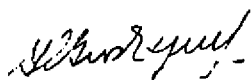
1. As controvérsias que possam surgir entre os Estados Partes como consequência da aplicação do Tratado serão resolvidas mediante negociações diretas.

No caso de não lograrem uma solução, os Estados Partes submeterão a controvérsia à consideração do Grupo Mercado Comum que, após avaliar a situação, formulará no lapso de sessenta (60) dias as recomendações pertinentes às Partes para a solução do diferendo. Para tal fim, o Grupo Mercado Comum poderá estabelecer ou convocar painéis de especialistas ou grupos de peritos com o objetivo de contar com assessoramento técnico.

Se no âmbito do Grupo Mercado Comum tampouco for alcançada uma solução, a controvérsia será elevada ao Conselho do Mercado Comum para que este adote as recomendações pertinentes.

2. Dentro de cento e vinte (120) dias a partir da entrada em vigor do Tratado, o Grupo Mercado Comum elevará aos Governos dos Estados Partes uma proposta de Sistema de Solução de Controvérsias, que vigorará durante o período de transição.

3. Até 31 de dezembro de 1994, os Estados Partes adotarão um Sistema Permanente de Solução de Controvérsias para o Mercado Comum.



A N E X O IV

Cláusulas de Salvaguarda

ARTIGO 1

Cada Estado Parte poderá aplicar, até 31 de dezembro de 1994, cláusulas de salvaguarda à importação dos produtos que se beneficiem do Programa de Liberação Comercial estabelecido no âmbito do Tratado.

Os Estados Partes acordam que somente deverão recorrer ao presente Regime em casos excepcionais.

ARTIGO 2

Se as importações de determinado produto causarem dano ou ameaça de dano grave a seu mercado, como consequência de um sensível aumento, em um curto período, das importações desse produto provenientes dos outros Estados Partes, o país importador solicitará ao Grupo Mercado Comum a realização de consultas com vistas a eliminar essa situação.

O pedido do país importador estará acompanhado de uma declaração pormenorizada dos fatos, razões e justificativas do mesmo.

O Grupo Mercado Comum deverá iniciar as consultas no prazo máximo de dez (10) dias corridos a partir da apresentação do pedido do país importador e deverá concluí-las, havendo tomado uma decisão a respeito, dentro de vinte (20) dias corridos após seu início.

ARTIGO 3

A determinação do dano ou ameaça de dano grave no sentido do presente Regime será analisada por cada país, levando em conta a evolução, entre outros, dos seguintes aspectos relacionados com o produto em questão:

- a) Nível de produção e capacidade utilizada;

- b) Nível de emprego;
- c) Participação no mercado;
- d) Nível de comércio entre as Partes envolvidas ou participantes de consulta;
- e) Desempenho das importações e exportações com relação a terceiros países.

Nenhum dos fatores acima mencionados constitui, por si só, um critério decisivo para a determinação do dano ou ameaça de dano grave.

Não serão considerados, na determinação do dano ou ameaça de dano grave, fatores tais como as mudanças tecnológicas ou mudanças nas preferências dos consumidores em favor de produtos similares e/ou diretamente competitivos dentro do mesmo setor.

A aplicação da cláusula de salvaguarda dependerá, em cada país, da aprovação final da seção nacional do Grupo Mercado Comum.

ARTIGO 4

Com o objetivo de não interromper as correntes de comércio que tiverem sido geradas, o país importador negociará uma quota para a importação do produto objeto de salvaguarda, que se regerá pelas mesmas preferências e demais condições estabelecidas no Programa de Liberação Comercial.

A mencionada quota será negociada com o Estado Parte de onde se originam as importações, durante o período de consulta a que se refere o Artigo 2. Vencido o prazo da consulta e não havendo acordo, o país importador que se considerar afetado poderá fixar uma quota, que será mantida pelo prazo de um ano.

Em nenhum caso a quota fixada unilateralmente pelo país importador será menor que a média dos volumes físicos importados nos últimos três anos calendário.

ARTIGO 5

As cláusulas de salvaguarda terão um ano de duração e poderão ser prorrogadas por um novo período anual e consecutivo, aplicando-se-lhes os termos e condições estabelecidas no presente Anexo. Estas medidas apenas poderão ser adotadas uma vez para cada produto.

Em nenhum caso a aplicação de cláusulas de salvaguarda poderá estender-se além de 31 de dezembro de 1994.

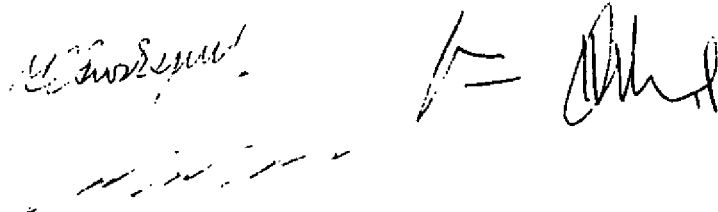
ARTIGO 6

A aplicação das cláusulas de salvaguarda não afetará as mercadorias embarcadas na data de sua adoção, as quais serão computadas na quota prevista no Artigo 4.

ARTIGO 7

Durante o período de transição, no caso de algum Estado Parte se considerar afetado por graves dificuldades em suas atividades econômicas, solicitará ao Grupo Mercado Comum a realização de consultas, a fim de que se tomem as medidas corretivas que forem necessárias.

O Grupo Mercado Comum, dentro dos prazos estabelecidos no Artigo 2 do presente Anexo, avaliará a situação e se pronunciará sobre as medidas a serem adotadas, em função das circunstâncias.

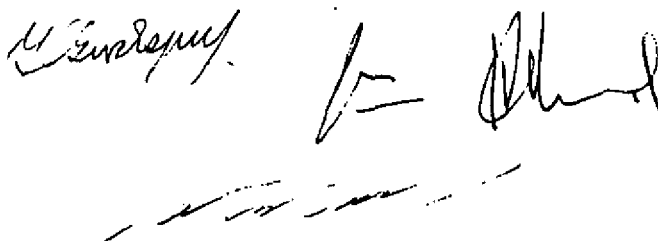
The bottom of the page features several handwritten signatures and scribbles. On the left, there is a signature that appears to be 'A. S. S. S. S.' followed by a series of horizontal lines. To the right, there are two distinct signatures, one of which is more stylized and larger than the other.

A N E X O V

Subgrupos de Trabalho do Grupo Mercado Comum

O Grupo Mercado Comum, para fins de coordenação das políticas macroeconômicas e setoriais, constituirá, no prazo de 30 dias após sua instalação de Trabalho:

- Subgrupo 1: Assuntos Comerciais
- Subgrupo 2: Assuntos Aduaneiros
- Subgrupo 3: Normas Técnicas
- Subgrupo 4: Política Fiscal e Monetária Relacionadas com o Comércio
- Subgrupo 5: Transporte Terrestre
- Subgrupo 6: Transporte Marítimo
- Subgrupo 7: Política Industrial e Tecnológica
- Subgrupo 8: Política Agrícola
- Subgrupo 9: Política Energética
- Subgrupo 10: Coordenação de Políticas Macroeconômicas



Handwritten signatures and a scribble.

Tratado
de
Asunción

TRATADO PARA LA CONSTITUCION DE UN MERCADO COMUN

ENTRE

LA REPUBLICA ARGENTINA,

LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL,

LA REPUBLICA DEL PARAGUAY

Y

LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY.

La República Argentina, la República Federativa del Brasil, la República del Paraguay y la República Oriental del Uruguay, en adelante denominados "Estados Partes";

CONSIDERANDO que la ampliación de las actuales dimensiones de sus mercados nacionales, a través de la integración, constituye condición fundamental para acelerar sus procesos de desarrollo económico con justicia social;

ENTENDIENDO que ese objetivo debe ser alcanzado mediante el más eficaz aprovechamiento de los recursos disponibles, la preservación del medio ambiente, el mejoramiento de las interconexiones físicas, la coordinación de las políticas macroeconómicas y la complementación de los diferentes sectores de la economía, con base en los principios de gradualidad, flexibilidad y equilibrio;

TENIENDO en cuenta la evolución de los acontecimientos internacionales, en especial la consolidación de grandes espacios económicos y la importancia de lograr una adecuada inserción internacional para sus países;

EXPRESANDO que este proceso de integración constituye una respuesta adecuada a tales acontecimientos;

CONSCIENTES de que el presente Tratado debe ser considerado como un nuevo avance en el esfuerzo tendiente al desarrollo en forma progresiva de la integración de América Latina, conforme al objetivo del Tratado de Montevideo de 1980;

CONVENCIDOS de la necesidad de promover el desarrollo científico y tecnológico de los Estados Partes y de modernizar sus economías para ampliar la oferta y la calidad de los bienes y servicios disponibles a fin de mejorar las condiciones de vida de sus habitantes;

REAFIRMANDO su voluntad política de dejar establecidas las bases para una unión cada vez más estrecha entre sus pueblos, con la finalidad de alcanzar los objetivos arriba mencionados.

ACUERDAN:

CAPITULO I

PROPOSITOS, PRINCIPIOS E INSTRUMENTOS

ARTICULO 1

Los Estados Partes deciden constituir un Mercado Común, que deberá estar conformado al 31 de diciembre de 1994, el que se denominará "Mercado Común del Sur" (MERCOSUR).

Este Mercado Común implica:

La libre circulación de bienes, servicios y factores productivos entre los países, a través, entre otros, de la eliminación de los derechos aduaneros y restricciones no arancelarias a la circulación de mercaderías y de cualquier otra medida equivalente;

El establecimiento de un arancel externo común y la adopción de una política comercial común con relación a terceros Estados o agrupaciones de Estados y la coordinación de posiciones en foros económico-comerciales regionales e internacionales;

La coordinación de políticas macroeconómicas y sectoriales entre los Estados Partes; de comercio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetaria, cambiaria y de capitales, de servicios, aduanera, de transportes y comunicaciones y otras que se acuerden, a fin de asegurar condiciones adecuadas de competencia entre los Estados Partes;

El compromiso de los Estados Partes de armonizar sus legislaciones en las áreas pertinentes, para lograr el fortalecimiento del proceso de integración.

ARTICULO 2

El Mercado Común estará fundado en la reciprocidad de derechos y obligaciones entre los Estados Partes.

ARTICULO 3

Durante el periodo de transición, que se extenderá desde la entrada en vigor del presente Tratado hasta el 31 de diciembre de 1974, y a fin de facilitar la constitución del Mercado Común, los Estados Partes adoptan un Régimen General de Origen, un Sistema de Solución de Controversias y Cláusulas de Salvaguardia, que constan como Anexos II, III y IV al presente Tratado.

ARTICULO 4

En las relaciones con terceros países, los Estados Partes asegurarán condiciones equitativas de comercio. A tal efecto, aplicarán sus legislaciones nacionales para inhibir importaciones cuyos precios estén influenciados por subsidios, dumping o cualquier otra práctica desleal. Paralelamente, los Estados Partes coordinarán sus respectivas políticas nacionales, con el objeto de elaborar normas comunes sobre competencia comercial.

ARTICULO 5

Durante el periodo de transición, los principales instrumentos para la constitución del Mercado Común serán:

a) Un Programa de Liberación Comercial, que consistirá en rebajas arancelarias progresivas, lineales y automáticas, acompañadas de la eliminación de restricciones no arancelarias o medidas de efectos equivalentes, así como de otras restricciones al comercio entre los Estados Partes, para llegar al 31 de diciembre de 1994 con arancel cero, sin restricciones no arancelarias sobre la totalidad del universo arancelario (Anexo 1);

b) La coordinación de políticas macroeconómicas que se realizará gradualmente y en forma convergente con los programas de desgravación arancelaria y de eliminación de restricciones no arancelarias indicados en el literal anterior;

c) Un arancel externo común, que incentive la competitividad externa de los Estados Partes;

d) La adopción de acuerdos sectoriales, con el fin de optimizar la utilización y movilidad de los factores de producción y de alcanzar escalas operativas eficientes.

ARTICULO 6

Los Estados Partes reconocen diferencias puntuales de ritmo para la República del Paraguay y para la República Oriental del Uruguay, las que constan en el Programa de Liberación Comercial (Anexo I).

ARTICULO 7

En materia de impuestos, tasas y otros gravámenes internos, los productos originarios del territorio de un Estado Parte gozarán, en los otros Estados Partes, del mismo tratamiento que se aplique al producto nacional.

ARTICULO 8

Los Estados Partes se comprometen a preservar los compromisos asumidos hasta la fecha de la celebración del presente Tratado, inclusive los acuerdos firmados en el ámbito de la Asociación Latinoamericana de Integración, y a coordinar sus posiciones en las negociaciones comerciales externas que emprendan durante el periodo de transición. Para ello:

a) Evitarán afectar los intereses de los Estados Partes en las negociaciones comerciales que realicen entre si hasta el 31 de diciembre de 1994;

b) Evitarán afectar los intereses de los demás Estados Partes o los objetivos del Mercado Común en los acuerdos que celebraren con otros países miembros de la Asociación Latinoamericana de Integración durante el periodo de transición;

c) Celebrarán consultas entre si siempre que negocien esquemas amplios de desgravación arancelaria tendientes a la formación de zonas de libre comercio con los demás países miembros de la Asociación Latinoamericana de Integración;

d) Extenderán automáticamente a los demás Estados Partes cualquier ventaja, favor, franquicia, inmunidad o privilegio que concedan a un producto originario de o destinado a terceros países no miembros de la Asociación Latinoamericana de Integración.

CAPITULO II

ESTRUCTURA ORGANICA

ARTICULO 9

La administración y ejecución del presente Tratado y de los acuerdos específicos y decisiones que se adopten en el marco jurídico que el mismo establece durante el periodo de transición, estará a cargo de los siguientes órganos:

- a) Consejo del Mercado Común
- b) Grupo Mercado Común

ARTICULO 10

El Consejo es el órgano superior del Mercado Común, correspondiéndole la conducción política del mismo y la toma de decisiones para asegurar el cumplimiento de los objetivos y plazos establecidos para la constitución definitiva del Mercado Común.

ARTICULO 11

El Consejo estará integrado por los Ministros de Relaciones Exteriores y los Ministros de Economía de los Estados Partes.

Se reunirá las veces que estimen oportuno, y por lo menos una vez al año lo hará con la participación de los Presidentes de los Estados Partes.

ARTICULO 12

La Presidencia del Consejo se ejercerá por rotación de los Estados Partes y en orden alfabético, por periodos de seis meses.

Las reuniones del Consejo serán coordinadas por los Ministros de Relaciones Exteriores y podrán ser invitados a participar en ellas otros Ministros o autoridades de nivel ministerial.

ARTICULO 13

El Grupo Mercado Común es el órgano ejecutivo del Mercado Común y será coordinado por los Ministerios de Relaciones Exteriores.

El Grupo Mercado Común tendrá facultad de iniciativa. Sus funciones serán las siguientes:

- velar por el cumplimiento del Tratado;
- tomar las providencias necesarias para el cumplimiento de las decisiones adoptadas por el Consejo;
- proponer medidas concretas tendientes a la aplicación del Programa de Liberación Comercial, a la coordinación de políticas macroeconómicas y a la negociación de acuerdos frente a terceros;
- fijar programas de trabajo que aseguren el avance hacia la constitución del Mercado Común.

El Grupo Mercado Común podrá constituir los Sub-grupos de Trabajo que fueren necesarios para el cumplimiento de sus cometidos. Inicialmente contará con los Sub-grupos mencionados en el Anexo V.

El Grupo Mercado Común establecerá su Reglamento interno en el plazo de 60 días a partir de su instalación.

ARTICULO 14

El Grupo Mercado Común estará integrado por cuatro miembros titulares y cuatro miembros alternos por país, que representen a los siguientes organismos públicos:

- Ministerio de Relaciones Exteriores,
- Ministerio de Economía o sus equivalentes (Áreas de Industria, Comercio Exterior y/o Coordinación Económica),
- Banco Central.

Al elaborar y proponer medidas concretas en el desarrollo de sus trabajos, hasta el 31 de diciembre de 1994, el Grupo Mercado Común podrá convocar, cuando así lo juzgue conveniente, a representantes de otros organismos de la Administración Pública y del sector privado.

ARTICULO 15

El Grupo Mercado Común contará con una Secretaría Administrativa, cuyas principales funciones consistirán en la guarda de documentos y comunicación de actividades del mismo. Tendrá su sede en la ciudad de Montevideo.

ARTICULO 16

Durante el periodo de transición las decisiones del Consejo del Mercado Común y del Grupo Mercado Común serán tomadas por consenso y con la presencia de todos los Estados Partes.

ARTICULO 17

Los idiomas oficiales del Mercado Común serán el español y el portugués y la versión oficial de los documentos de trabajo será la del idioma del país sede de cada reunión.

ARTICULO 18

Antes del establecimiento del Mercado Común, el 31 de diciembre de 1994, los Estados Partes convocarán a una reunión extraordinaria con el objeto de determinar la estructura institucional definitiva de los órganos de administración del Mercado Común, así como las atribuciones específicas de cada uno de ellos y su sistema de adopción de decisiones.

CAPITULO III

VIGENCIA

ARTICULO 19

El presente Tratado tendrá duración indefinida y entrará en vigor treinta días después de la fecha de depósito del tercer instrumento de ratificación. Los instrumentos de ratificación serán depositados ante el Gobierno de la República del Paraguay que comunicará la fecha de depósito a los Gobiernos de los demás Estados Partes.

El Gobierno de la República del Paraguay notificará al Gobierno de cada uno de los demás Estados Partes la fecha de entrada en vigor del presente Tratado.

CAPITULO IV

ADHESION

ARTICULO 20

El presente Tratado estará abierto a la adhesión, mediante negociación, de los demás países miembros de la Asociación Latinoamericana de Integración, cuyas solicitudes podrán ser examinadas por los Estados Partes después de cinco años de vigencia de este Tratado.

No obstante, podrán ser consideradas antes del referido plazo las solicitudes presentadas por países miembros de la Asociación Latinoamericana de Integración que no formen parte de esquemas de integración subregional o de una asociación extraregional.

La aprobación de las solicitudes será objeto de decisión unánime de los Estados Partes.

CAPITULO V

DENUNCIA

ARTICULO 21

El Estado Parte que desee desvincularse del presente Tratado deberá comunicar esa intención a los demás Estados Partes de manera expresa y formal, efectuando dentro de los sesenta (60) días la entrega del documento de denuncia al Ministerio de Relaciones Exteriores de la República del Paraguay que lo distribuirá a los demás Estados Partes.

ARTICULO 22

Formalizada la denuncia, cesarán para el Estado denunciante los derechos y obligaciones que correspondan a su condición de Estado Parte, manteniéndose los referentes al programa de liberación del presente Tratado y otros aspectos que los Estados Partes, junto con el Estado denunciante, acuerden dentro de los sesenta (60) días posteriores a la formalización de la denuncia. Esos derechos y obligaciones del Estado denunciante continuarán en vigor por un periodo de dos (2) años a partir de la fecha de la mencionada formalización.

CAPITULO VI

DISPOSICIONES GENERALES

ARTICULO 23

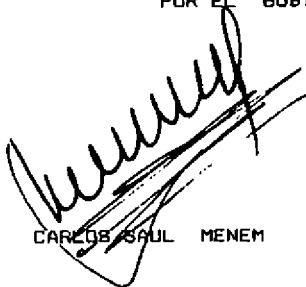
El presente Tratado se denominará "Tratado de Asunción".

ARTICULO 24

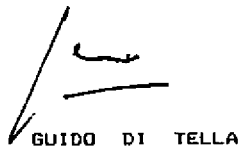
Con el objeto de facilitar el avance hacia la conformación del Mercado Común se establecerá una Comisión Parlamentaria Conjunta del MERCOSUR. Los Poderes Ejecutivos de los Estados Partes mantendrán informados a los respectivos Poderes Legislativos sobre la evolución del Mercado Común objeto del presente Tratado.

HECHO en la ciudad de Asunción, a los veinte y seis días del mes de marzo del año mil novecientos noventa y uno, en un original en los idiomas español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos. El Gobierno de la República del Paraguay será el depositario del presente Tratado y enviará copia debidamente autenticada del mismo a los Gobiernos de los demás Estados Partes signatarios y adherentes.

POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA ARGENTINA



CARLOS SAUL MENEM



GUIDO DI TELLA

POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL

f. Collor-
FERNANDO COLLOR

[Signature]
FRANCISCO REZEK

POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DEL PARAGUAY

[Signature]
ANDRÉS RODRIGUEZ

[Signature]
ALEXIS FRUTOS VAESKEN

POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

[Signature]
LUIS ALBERTO LACALLE HERRERA

[Signature]
HECTOR GROS ESPIEL

ANEXO I

PROGRAMA DE LIBERACION COMERCIAL

ARTICULO PRIMERO

Los Estados Partes acuerdan eliminar a más tardar el 31 de diciembre de 1994 los gravámenes y demás restricciones aplicadas en su comercio recíproco.

En lo referente a las Listas de Excepciones presentadas por la República del Paraguay y por la República Oriental del Uruguay, el plazo para su eliminación se extenderá hasta el 31 de diciembre de 1995, en los términos del Artículo séptimo del presente Anexo.

ARTICULO SEGUNDO

A los efectos dispuestos en el Artículo anterior, se entenderá:

a) por "gravámenes" los derechos aduaneros y cualesquiera otros recargos de efectos equivalentes, sean de carácter fiscal, monetario, cambiario o de cualquier naturaleza, que incidan sobre el comercio exterior. No quedan comprendidos en dicho concepto las tasas y recargos análogos cuando respondan al costo aproximado de los servicios prestados; y

b) por "restricciones", cualquier medida de carácter administrativo, financiero, cambiario o de cualquier naturaleza, mediante la cual un Estado Parte impida o dificulte, por decisión unilateral, el comercio recíproco. No quedan comprendidos en dicho concepto las medidas adoptadas en virtud de las situaciones previstas en el Artículo 50 del Tratado de Montevideo 1980.

ARTICULO TERCERO

A partir de la fecha de entrada en vigor del Tratado, los Estados Partes iniciarán un programa de desgravación progresivo, lineal y automático, que beneficiará a los productos comprendidos en el universo arancelario clasificados de conformidad con la nomenclatura arancelaria utilizada por la Asociación Latinoamericana de Integración de acuerdo al cronograma que se establece a continuación:

FECHA/PORCENTAJE DE DESGRAVACION

30/VI/91	31/XII/91	30/VI/92	31/XII/92	30/VI/93	31/XII/93	30/VI/94	31/XII/94
47	54	61	68	75	82	89	100

Las preferencias se aplicarán sobre el arancel vigente en el momento de su aplicación y consisten en una reducción porcentual de los gravámenes más favorables aplicados a la importación de los productos provenientes desde terceros países no miembros de la Asociación Latinoamericana de Integración.

En caso que alguno de los Estados Partes eleve dicho arancel para la importación desde terceros países, el cronograma establecido se continuará aplicando sobre el nivel de arancel vigente al 1 de enero de 1991.

Si se redujeran los aranceles, la preferencia correspondiente se aplicará automáticamente sobre el nuevo arancel en la fecha de entrada en vigencia del mismo.

Para tales efectos los Estados Partes se intercambiarán y remitirán a la Asociación Latinoamericana de Integración, dentro de los treinta días de la entrada en vigor del Tratado, copias actualizadas de sus aranceles aduaneros, así como de los vigentes al 1 de enero de 1991.

ARTICULO CUARTO

Las preferencias acordadas en los acuerdos de alcance parcial celebrados en el marco de la Asociación Latinoamericana de Integración por los Estados Partes entre sí, se profundizarán dentro del presente Programa de Desgravación de acuerdo al siguiente cronograma:

FECHA/PORCENTAJE DE DESGRAVACION

31/XII/90	30/VI/91	31/XII/91	30/VI/92	31/XII/92	30/VI/93	31/XII/93	30/VI/94	31/XII/94
00 A 40	47	54	61	68	75	82	89	100
41 A 45	52	59	66	73	80	87	94	100
46 A 50	57	64	71	78	85	92	100	
51 A 55	61	67	73	79	86	93	100	
56 A 60	67	74	81	88	95	100		
61 A 65	71	77	83	89	96	100		
66 A 70	75	80	85	90	95	100		
71 A 75	80	85	90	95	100			
76 A 80	85	90	95	100				
81 A 85	89	93	97	100				
86 A 90	95	100						
91 A 95	100							
96 A 100								

Estas desgravaciones se aplicarán exclusivamente en el marco de los respectivos acuerdos de alcance parcial, no beneficiando a los demás integrantes del Mercado Común, y no alcanzarán a los productos incluidos en las respectivas Listas de Excepciones.

ARTICULO QUINTO

Sin perjuicio del mecanismo descrito en los Artículos tercero y cuarto, los Estados Partes podrán profundizar, adicionalmente, las preferencias mediante negociaciones a efectuarse en el marco de los acuerdos previstos en el Tratado de Montevideo 1980.

ARTICULO SEXTO

Quedarán excluidos del cronograma de desgravación al que se refieren los Artículos tercero y cuarto del presente Anexo, los productos comprendidos en las Listas de Excepciones presentadas por cada uno de los Estados Partes con las siguientes cantidades de ítem NALADI:

República Argentina:	394
República Federativa del Brasil:	324
República del Paraguay:	439
República Oriental del Uruguay:	960

ARTICULO SEPTIMO

Las Listas de Excepciones se reducirán al vencimiento de cada año calendario conforme al cronograma que se detalla a continuación:

a) Para la República Argentina y la República Federativa del Brasil a razón de un veinte por ciento (20%) anual de los ítem que las componen, reducción que se aplica desde el 31 de diciembre de 1990.

b) Para la República del Paraguay y para la República Oriental del Uruguay, la reducción se hará a razón de :

10 % en la fecha de entrada en vigor del Tratado,
10 % al 31 de diciembre de 1991,
20 % al 31 de diciembre de 1992,
20 % al 31 de diciembre de 1993,
20 % al 31 de diciembre de 1994,
20 % al 31 de diciembre de 1995.

ARTICULO OCTAVO

Las Listas de Excepciones incorporadas en los Apéndices I, II, III y IV incluyen la primera reducción contemplada en el Artículo anterior.

ARTICULO NOVENO

Los productos que se retiren de las Listas de Excepciones en los términos previstos en el Artículo séptimo se beneficiarán automáticamente de las preferencias que resulten del Programa de Desgravación establecido en el Artículo tercero del presente Anexo con, por los menos, el porcentaje de desgravación mínimo previsto en la fecha en que se opere su retiro de dichas listas.

ARTICULO DECIMO

Los Estados Partes solo podrán aplicar hasta el 31 de diciembre de 1994, a los productos comprendidos en el programa de desgravación, las restricciones no arancelarias expresamente declaradas en las Notas Complementarias al acuerdo de complementación que los Estados Partes celebrarán en el marco del Tratado de Montevideo de 1980.

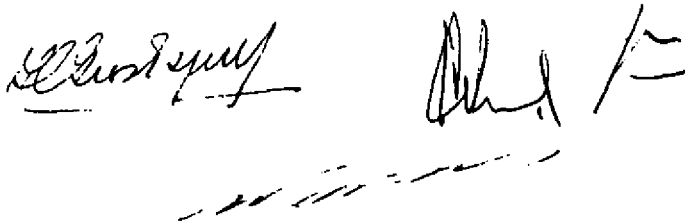
Al 31 de diciembre de 1994 y en el ámbito del Mercado Común, quedarán eliminadas todas las restricciones no arancelarias.

ARTICULO DECIMOPRIMERO

A fin de asegurar el cumplimiento del cronograma de desgravación establecido en los Artículos tercero y cuarto, así como la conformación del Mercado Común, los Estados Partes coordinarán las políticas macroeconómicas y las sectoriales que se acuerden, a las que se refiere el Tratado para la Constitución del Mercado Común, comenzando por aquellas que se vinculan con los flujos del comercio y con la configuración de los sectores productivos de los Estados Partes.

ARTICULO DECIMOSEGUNDO

Las normas contenidas en el presente Anexo, no se aplicarán a los Acuerdos de Alcance Parcial, de Complementación Económica Números 1, 2, 13 y 14, ni a los comerciales y agropecuarios, suscriptos en el marco del Tratado de Montevideo 1980, los cuales se regirán exclusivamente por las disposiciones en ellos establecidas.



Two handwritten signatures are present. The one on the left is a cursive signature, possibly 'C. Rodríguez'. The one on the right is a stylized signature, possibly 'A. F.'. Below the signatures is a large, horizontal scribble consisting of several parallel lines.

ANEXO II

REGIMEN GENERAL DE ORIGEN

CAPITULO I

Régimen General de Calificación de Origen

ARTICULO PRIMERO: Serán considerados originarios de los Estados Partes:

a) Los productos elaborados íntegramente en el territorio de cualquiera de ellos, cuando en su elaboración se utilicen, exclusivamente, materiales originarios de los Estados Partes;

b) Los productos comprendidos en los capítulos o posiciones de la Nomenclatura Arancelaria de la Asociación Latinoamericana de Integración que se indentifican en el Anexo I de la Resolución 78 del Comité de Representantes de la citada Asociación, por el solo hecho de ser producidos en sus respectivos territorios.

Se considerarán como producidos en el territorio de un Estado Parte:

i) Los productos de los reinos mineral, vegetal y animal, incluyendo los de la caza y de la pesca, extraídos, cosechados o recolectados, nacidos y criados en su territorio o en sus Aguas Territoriales o Zona Económica Exclusiva;

ii) Los productos del mar extraídos fuera de sus Aguas Territoriales y Zona Económica Exclusiva por barcos de su bandera o arrendados por empresas establecidas en su territorio; y

iii) Los productos que resulten de operaciones o procesos efectuados en su territorio por los que adquieran la forma final en que serán comercializados, excepto cuando dichos procesos u operaciones consistan solamente en simples montajes o ensambles, embalaje, fraccionamiento en lotes o volúmenes, selección y clasificación, marcación, composición de surtidos de mercaderías u otras operaciones o procesos equivalentes;

c) Los productos en cuya elaboración se utilicen materiales que no sean originarios de los Estados Partes cuando resulten de un proceso de transformación realizado en el territorio de alguno de ellos, que les confiera una nueva individualidad, caracterizada por el hecho de estar clasificados en la Nomenclatura Arancelaria de la Asociación Latinoamericana de Integración en posición diferente a la de dichos materiales, excepto en los casos en que los Estados Partes determinen que, además se cumpla con el requisito previsto en el Artículo 2 del presente Anexo.

No obstante, no serán considerados como originarios los productos que resulten de operaciones o procesos efectuados en el territorio de un Estado Parte por los cuales adquieran la forma final en que serán comercializados, cuando en dichas operaciones o procesos se utilicen exclusivamente materiales o insumos que no sean originarios de sus respectivos países y consistan solamente en montajes o ensambles, fraccionamiento en lotes o volúmenes, selección, clasificación, marcación, composición de surtidos de mercaderías u otras operaciones o procesos semejantes;

d) Hasta el 31 de diciembre de 1994, los productos que resulten de operaciones de ensamble y montaje realizados en el territorio de un Estado Parte utilizando materiales originarios de los Estados Partes y de terceros países, cuando el valor de los materiales originarios no sea inferior al 40 % del valor FOB de exportación del producto final; y

e) Los productos que, además de ser producidos en su territorio, cumplan con los requisitos específicos establecidos en el Anexo 2 de la Resolución 78 del Comité de Representantes de la Asociación Latinoamericana de Integración.

ARTICULO SEGUNDO: En los casos en que el requisito establecido en el literal c) del Artículo primero no pueda ser cumplido porque el proceso de transformación operado no implica cambio de posición en la nomenclatura, bastará con que el valor CIF puerto de destino o CIF puerto marítimo de los materiales de terceros países no exceda del 50 (cincuenta) por ciento del valor FOB de exportación de las mercancías de que se trate.

En la ponderación de los materiales originarios de terceros países para los Estados Partes sin litoral marítimo, se tendrán en cuenta, como puerto de destino, los depósitos y zonas francas concedidos por los demás Estados Partes y cuando los materiales arriben por vía marítima.

ARTICULO TERCERO: Los Estados Partes podrán establecer, de común acuerdo, requisitos específicos de origen los que prevalecerán sobre los criterios generales de calificación.

ARTICULO CUARTO: En la determinación de los requisitos específicos de origen a que se refiere el Artículo tercero, así como en la revisión de los que se hubieran establecido, los Estados Partes tomarán como base, individual o conjuntamente, los siguientes elementos:

- I. Materiales y otros insumos empleados en la producción:
 - a) Materias primas:
 - i) Materia prima preponderante o que confiera al producto su característica esencial; y
 - ii) Materias primas principales.
 - b) Partes o piezas:
 - i) Parte o pieza que confiera al producto su característica esencial;
 - ii) Partes o piezas principales; y
 - iii) Porcentaje de las partes o piezas en relación al peso total.
 - c) Otros insumos.
- II. Proceso de transformación o elaboración utilizado.
- III. Proporción máxima del valor de los materiales importados de terceros países en relación con el valor total del producto, que resulte del procedimiento de valorización convenido en cada caso.

ARTICULO QUINTO: En casos excepcionales, cuando los requisitos específicos no puedan ser cumplidos porque ocurran problemas circunstanciales de abastecimiento: disponibilidad, especificaciones técnicas, plazo de entrega y precio, teniendo presente lo dispuesto en el Artículo 4 del Tratado, podrán ser utilizados materiales no originarios de los Estados Partes.

Dada la situación prevista en el párrafo anterior, el país exportador emitirá en el certificado correspondiente informando al Estado Parte importador y al Grupo Mercado Común, acompañando los antecedentes y constancias que justifiquen la expedición de dicho documento.

De producirse una continua reiteración de estos casos el Parte exportador o el Estado Parte importador esta situación al Grupo Mercado Común a efectos de del requisito específico.

Este Artículo no comprende a los productos que resulten de operaciones de ensamble y montaje, y será de aplicación hasta la entrada en vigor del Arancel Externo Común para los productos objeto de requisitos específicos de origen y sus materiales o insumos.

ARTICULO SEXTO: Cualquiera de los Estados Partes podrá solicitar la revisión de los requisitos de origen establecidos de conformidad con el Artículo primero. En su solicitud deberá proponer y fundamentar los requisitos aplicables al producto o productos de que se trate.

ARTICULO SEPTIMO: A los efectos del cumplimiento de los requisitos de origen, los materiales y otros insumos, originarios del territorio de cualquiera de los Estados Partes, incorporados por un Estado Parte en la elaboración de determinado producto, serán considerados originarios del territorio de este último.

ARTICULO OCTAVO: El criterio de máxima utilización de materiales u otros insumos originarios de los Estados Partes no podrá ser considerado para fijar requisitos que impliquen la imposición de materiales u otros insumos de dichos Estados Partes, cuando a juicio de los mismos, estos no cumplan condiciones adecuadas de abastecimiento, calidad y precio o, que no se adapten a los procesos industriales o tecnologías aplicadas.

ARTICULO NOVENO: Para que las mercancías originarias se beneficien con los tratamientos preferenciales, las mismas deben haber sido expedidas directamente del país exportador al país importador. Para tales efectos, se considera como expedición directa:

a) Las mercancías transportadas sin pasar por el territorio de algún país no participante del Tratado.

b) Las mercancías transportadas en tránsito por uno o más países no participantes, con o sin trasbordo o almacenamiento temporal, bajo la vigilancia de la autoridad aduanera competente en tales países, siempre que:

- i) el tránsito esté justificado por razones geográficas o por consideraciones relativas a requerimientos del transporte;
- ii) no estén destinadas al comercio, uso o empleo en el país de tránsito; y
- iii) no sufran, durante su transporte y depósito, ninguna operación distinta a la carga y descarga o manipuleo para mantenerlas en buenas condiciones o asegurar su conservación.

ARTICULO DECIMO: A los efectos del presente Régimen General se entenderá:

a) que los productos provenientes de las zonas francas ubicadas dentro de los límites geográficos de cualquiera de los Estados Partes deberán cumplir los requisitos previstos en el presente Régimen General;

b) que la expresión "materiales" comprende las materias primas, los productos intermedios y las partes y piezas, utilizados en la elaboración de las mercancías.

CAPITULO II

Declaración, certificación y comprobación

ARTICULO DECIMOPRIMERO: Para que la importación de los productos originarios de los Estados Partes pueda beneficiarse con las reducciones de gravámenes y restricciones, otorgadas entre sí, en la documentación correspondiente a las exportaciones de dichos productos deberá constar una declaración que acredite el cumplimiento de los requisitos de origen establecidos conforme a lo dispuesto en el Capítulo anterior.

ARTICULO DECIMOSEGUNDO: La declaración a que se refiere el Artículo precedente será expedida por el productor final o el exportador de la mercancía y certificada por una repartición oficial o entidad gremial con personería jurídica, habilitada por el Gobierno del Estado Parte exportador.

Al habilitar a entidades gremiales, los Estados Partes procurarán que se trate de organizaciones que actúen con jurisdicción nacional, pudiendo delegar atribuciones en entidades regionales o locales, conservando siempre la responsabilidad directa por la veracidad de las certificaciones que se expidan.

Los Estados Partes se comprometen en un plazo de 90 días, a partir de la entrada en vigencia del Tratado, a establecer un régimen armonizado de sanciones administrativas para casos de falsedad en los certificados, sin perjuicio de las acciones penales correspondientes.

ARTICULO DECIMOTERCERO: Los certificados de origen emitidos para los fines del presente Tratado tendrán plazos de validez de 180 días, a contar de la fecha de su expedición.

ARTICULO DECIMOCUARTO: En todos los casos se utilizará el formulario tipo que figura anexo al Acuerdo 25 del Comité de Representantes de la Asociación Latinoamericana de Integración, hasta tanto no entre en vigencia otro formulario aprobado por los Estados Partes.

ARTICULO DECIMOQUINTO: Los Estados Partes comunicarán a la Asociación Latinoamericana de Integración la relación de las reparticiones oficiales y entidades gremiales habilitadas para expedir la certificación a que se refiere el Artículo anterior, con el registro y facsímil de las firmas autorizadas.

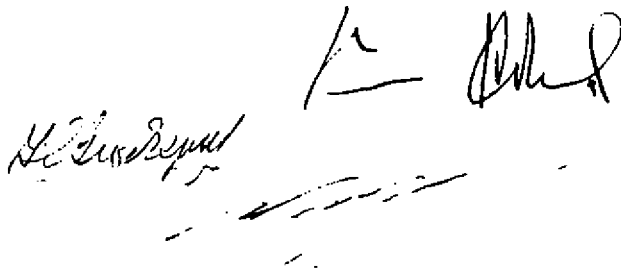
ARTICULO DECIMOSEXTO: Siempre que un Estado Parte considere que los certificados emitidos por una repartición oficial o entidad gremial habilitada de otro Estado Parte no se ajustan a las disposiciones contenidas en el presente Régimen General, lo comunicará a dicho Estado Parte para que éste adopte las medidas que estime necesarias para dar solución a los problemas planteados.

En ningún caso el país importador detendrá el trámite de importación de los productos amparados en los certificados a que se refiere el párrafo anterior, pero podrá, además de solicitar las informaciones adicionales que correspondan a las autoridades gubernamentales del país exportador, adoptar las medidas que considere necesarias para resguardar el interés fiscal.

ARTICULO DECIMOSEPTIMO: Para los fines de un posterior control, las copias de los certificados y los respectivos documentos deberán ser conservados durante dos años a partir de su emisión.

ARTICULO DECIMOCTAVO: Las disposiciones del presente Régimen General y las modificaciones que se introduzcan, no afectarán las mercaderías embarcadas a la fecha de su adopción.

ARTICULO DECIMONOVENO: Las normas contenidas en el presente Anexo no se aplicarán a los Acuerdos de Alcance Parcial, de Complementación Económica Ns. 1, 2, 13 y 14 ni a los comerciales y agropecuarios, suscriptos en el marco del Tratado de Montevideo 1980, los cuales se regirán exclusivamente por las disposiciones en ellos establecidas.

The image shows several handwritten signatures in dark ink. On the left, there is a signature that appears to be 'H. Luis Sepúlveda'. To its right, there are two more signatures, one of which is quite stylized and difficult to decipher. Below these signatures, there is a faint, rectangular stamp or mark, possibly a date or a reference number, which is mostly illegible due to fading.

ANEXO III

SOLUCION DE CONTROVERSIAS

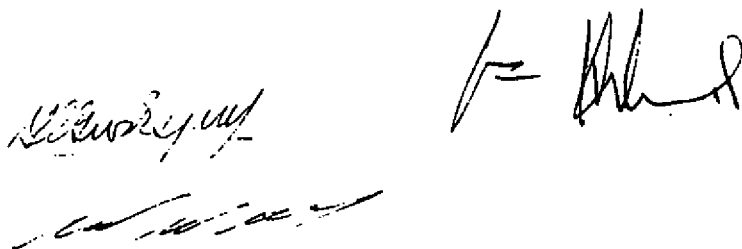
1) Las controversias que pudieren surgir entre los Estados Partes como consecuencia de la aplicación del Tratado serán resueltas mediante negociaciones directas.

En caso de no lograr una solución, dichos Estados Partes someterán la controversia a consideración del Grupo Mercado Común, el que luego de evaluar la situación formulará en el lapso de sesenta (60) días las recomendaciones pertinentes a las Partes para la solución del diferendo. A tal efecto, el Grupo Mercado Común podrá establecer o convocar paneles de expertos o grupos de peritos con el objeto de contar con asesoramiento técnico.

Si en el ámbito del Grupo Mercado Común tampoco se alcanzara una solución, se elevará la controversia al Consejo del Mercado Común para que adopte las recomendaciones pertinentes.

2) Dentro de los ciento veinte (120) días de la entrada en vigor del Tratado, el Grupo Mercado Común elevará a los Gobiernos de los Estados Partes una propuesta de Sistema de Solución de Controversias que regirá durante el periodo de transición.

3) Antes del 31 de diciembre de 1994, los Estados Partes adoptarán un Sistema Permanente de Solución de Controversias para el Mercado Común.



ANEXO IV

CLAUSULAS DE SALVAGUARDIA

ARTICULO 1: Cada Estado Parte podrá aplicar, hasta el 31 de diciembre de 1994, cláusulas de salvaguardia a la importación de los productos que se beneficien del Programa de Liberación Comercial establecido en el ámbito del Tratado.

Los Estados Partes acuerdan que solamente deberán recurrir al presente régimen en casos excepcionales.

ARTICULO 2: Si las importaciones de determinado producto causaran daño o amenaza de daño grave a su mercado, como consecuencia de un sensible aumento de las importaciones de ese producto, en un corto periodo, provenientes de los otros Estados Partes, el país importador solicitará al Grupo Mercado Común la realización de consultas a fin de eliminar esa situación.

El pedido del país importador estará acompañado de una declaración pormenorizada de los hechos, razones y justificativos del mismo.

El Grupo Mercado Común deberá iniciar las consultas en un plazo máximo de diez (10) días corridos a partir de la presentación del pedido del país importador y deberá concluir las, habiendo tomado una decisión al respecto, dentro de los veinte (20) días corridos desde su iniciación.

ARTICULO 3: La determinación del daño o amenaza de daño grave en el sentido del presente régimen será analizada por cada país, teniendo en cuenta la evolución, entre otros, de los siguientes aspectos relacionados con el producto en cuestión:

- a) Nivel de producción y capacidad utilizada;
- b) Nivel de empleo;

- c) Participación en el mercado;
- d) Nivel de comercio entre las Partes involucradas o participantes en la consulta;
- e) Desempeño de las importaciones y exportaciones en relación a terceros países.

Ninguno de los factores antes mencionados constituye, por sí solo, un criterio decisivo para la determinación del daño o amenaza de daño grave.

No serán considerados, en la determinación del daño o amenaza de daño grave, factores tales como los cambios tecnológicos o cambios en las preferencias de los consumidores en favor de productos similares y/o directamente competitivos dentro del mismo sector.

La aplicación de la cláusula de salvaguardia dependerá, en cada país, de la aprobación final de la sección nacional del Grupo Mercado Común.

ARTICULO 4: Con el objetivo de no interrumpir las corrientes de comercio que hubieran sido generadas, el país importador negociará una cuota para la importación del producto objeto de salvaguardia, que se regirá por las mismas preferencias y demás condiciones establecidas en el Programa de Liberación Comercial.

La mencionada cuota será negociada con el Estado Parte de donde se originan las importaciones, durante el período de consulta a que se refiere el Artículo 2. Vencido el plazo de la consulta y no habiéndose alcanzado un acuerdo, el país importador que se considere afectado podrá fijar una cuota, que será mantenida por el plazo de un año.

En ningún caso la cuota fijada unilateralmente por el país importador será menor que el promedio de los volúmenes físicos importados en los últimos tres años calendario.

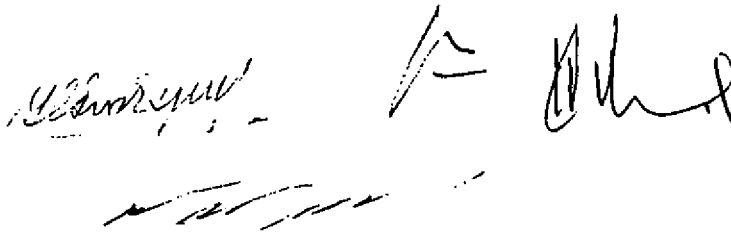
ARTICULO 5: Las cláusulas de salvaguardia tendrán un año de duración y podrán ser prorrogadas por un nuevo periodo anual y consecutivo, aplicándose los términos y condiciones establecidos en el presente Anexo. Estas medidas solamente podrán ser adoptadas una vez para cada producto.

En ningún caso la aplicación de cláusulas de salvaguardia podrá extenderse más allá del 31 de diciembre de 1994.

ARTICULO 6: La aplicación de las cláusulas de salvaguardia no afectará las mercaderías embarcadas en la fecha de su adopción, las cuales serán computadas en la cuota prevista en el Artículo 4.

ARTICULO 7: Durante el periodo de transición en caso de que algún Estado Parte considere que se ve afectado por graves dificultades en sus actividades económicas, solicitará al Grupo Mercado Común la realización de Consultas a fin de que se tomen las medidas correctivas que fueren necesarias.

El Grupo Mercado Común, dentro de los plazos establecidos en el Artículo 2 del presente Anexo, evaluará la situación y se pronunciará sobre las medidas a adoptarse, en función de las circunstancias.

The image shows several handwritten signatures and initials in black ink. There are three distinct signatures at the top, each appearing to be a name in cursive script. Below these, there are several horizontal lines and marks that look like scribbles or additional initials.

ANEXO V

SUBGRUPOS DE TRABAJO DEL GRUPO MERCADO COMUN

El Grupo Mercado Común, a los efectos de la coordinación de las políticas macroeconómicas y sectoriales constituirá, dentro de los 30 días de su instalación, los siguientes Subgrupos de Trabajo:

- Subgrupo 1: Asuntos Comerciales
- Subgrupo 2: Asuntos Aduaneros
- Subgrupo 3: Normas Técnicas
- Subgrupo 4: Políticas Fiscal y Monetaria Relacionada con el Comercio
- Subgrupo 5: Transporte Terrestre
- Subgrupo 6: Transporte Marítimo
- Subgrupo 7: Política Industrial y Tecnológica
- Subgrupo 8: Política Agrícola
- Subgrupo 9: Política Energética
- Subgrupo 10: Coordinación de Políticas Macroeconómicas



Handwritten signatures and initials, including a large signature on the left and a large signature on the right with a checkmark above it.

[TRANSLATION — TRADUCTION]

TREATY ESTABLISHING A COMMON MARKET BETWEEN THE ARGENTINE REPUBLIC, THE FEDERAL REPUBLIC OF BRAZIL, THE REPUBLIC OF PARAGUAY AND THE EASTERN REPUBLIC OF URUGUAY

The Argentine Republic, the Federative Republic of Brazil, the Republic of Paraguay and the Eastern Republic of Uruguay, hereinafter referred to as the "States Parties";

Considering that the expansion of their domestic markets, through integration, is a vital prerequisite for accelerating their processes of economic development with social justice;

Believing that this objective must be achieved by making optimum use of available resources, preserving the environment, improving physical links, coordinating macroeconomic policies and ensuring complementarity between the different sectors of the economy, based on the principles of gradualism, flexibility and balance;

Bearing in mind international trends, particularly the integration of large economic areas, and the importance of securing their countries a proper place in the international economy;

Believing that this integration process is an appropriate response to such trends;

Aware that this Treaty must be viewed as a further step in efforts gradually to bring about Latin American integration, in keeping with the objectives of the Montevideo Treaty in 1980;

Convinced of the need to promote the scientific and technological development of the States Parties and to modernize their economies in order to expand the supply and improve the quality of available goods and services, with a view to enhancing the living conditions of their populations;

Reaffirming their political will to lay the bases for increasingly close ties between their peoples, with a view to achieving the above-mentioned objectives;

Hereby agree as follows:

CHAPTER I: PURPOSES, PRINCIPLES AND INSTRUMENTS

Article I

The States Parties hereby decide to establish a common market, which shall be in place by 31 December 1994 and shall be called the "common market of the southern cone" (MERCOSUR).

This common market shall involve:

The free movement of goods, services and factors of production between countries through, inter alia, the elimination of customs duties and non-tariff restrictions on the movement of goods, and any other equivalent measures;

The establishment of a common external tariff and the adoption of a common trade policy in relation to third States or groups of States, and the co-ordination of positions in regional and international economic and commercial forums;

The co-ordination of macroeconomic and sectoral policies between the States Parties in the areas of foreign trade, agriculture, industry, fiscal and monetary matters, foreign exchange and capital, services, customs, transport and communications and any other areas that may be agreed upon, in order to ensure proper competition between the States Parties;

The commitment by States Parties to harmonize their legislation in the relevant areas in order to strengthen the integration process.

Article 2

The common market shall be based on reciprocity of rights and obligations between the States Parties.

Article 3

During the transition period, which shall last from the entry into force of this Treaty until 31 December 1994, and in order to facilitate the formation of the common market, the States Parties shall adopt general rules of origin, a system for the settlement of disputes and safeguard clauses, as contained in Annexes II, III and IV respectively to this Treaty.

Article 4

The States Parties shall ensure equitable trade terms in their relations with third countries. To that end, they shall apply their domestic legislation to restrict imports whose prices are influenced by subsidies, dumping or any other unfair practice. At the same time, States Parties shall co-ordinate their respective domestic policies with a view to drafting common rules for trade competition.

Article 5

During the transition period, the main instruments for putting in place the common market shall be:

(a) A trade liberalization programme, which shall consist of progressive, linear and automatic tariff reductions accompanied by the elimination of non-tariff restrictions or equivalent measures, as well as any other restrictions on trade between the States Parties, with a view to arriving at a zero tariff and no non-tariff restrictions for the entire tariff area by 31 December 1994 (Annex I);

(b) The co-ordination of macroeconomic policies, which shall be carried out gradually and in parallel with the programmes for the reduction of tariffs and the elimination of non-tariff restrictions referred to in the preceding paragraph;

(c) A common external tariff which encourages the foreign competitiveness of the States Parties;

(d) The adoption of sectoral agreements in order to optimize the use and mobility of factors of production and to achieve efficient scales of operation.

Article 6

The States Parties recognize certain differentials in the rate at which the Republic of Paraguay and the Eastern Republic of Uruguay will make the transition. These differentials are indicated in the trade liberalization programme (Annex I).

Article 7

In the area of taxes, charges and other internal duties, products originating in the territory of one State Party shall enjoy, in the other States Parties, the same treatment as domestically produced products.

Article 8

The States Parties undertake to abide by commitments made prior to the date of signing of this Treaty, including agreements signed in the framework of the Latin American Integration Association (ALADI), and to co-ordinate their positions in any external trade negotiations they may undertake during the transitional period. To that end:

(a) They shall avoid affecting the interests of the States Parties in any trade negotiations they may conduct among themselves up to 31 December 1994;

(b) They shall avoid affecting the interests of the other States Parties or the aims of the common market in any agreements they may conclude with other countries members of the Latin American Integration Association during the transition period;

(c) They shall consult among themselves whenever negotiating comprehensive tariff reduction schemes for the formation of free trade areas with other countries members of the Latin American Integration Association;

(d) They shall extend automatically to the other States Parties any advantage, favour, exemption, immunity or privilege granted to a product originating in or destined for third countries which are not members of the Latin American Integration Association.

CHAPTER II: ORGANIZATIONAL STRUCTURE

Article 9

The administration and implementation of this Treaty, and of any specific agreements or decisions adopted during the transition period within the legal framework established thereby, shall be entrusted to the following organs:

- (a) The Council of the common market;
- (b) The Common Market Group.

Article 10

The Council shall be the highest organ of the common market, with responsibility for its political leadership and for decision-making to ensure compliance with the objectives and time-limits set for the final establishment of the common market.

Article 11

The council shall consist of the Ministers for Foreign Affairs and the Ministers of the Economy of the States Parties.

It shall meet whenever its members deem appropriate, and at least once a year with the participation of the Presidents of the States Parties.

Article 12

The presidency of the Council shall rotate among the States Parties, in alphabetical order, for periods of six months.

Meetings of the Council shall be co-ordinated by the Minister for Foreign Affairs, and other ministers or ministerial authorities may be invited to participate in them.

Article 13

The Common Market Group shall be the executive organ of the common market and shall be co-ordinated by the Ministries of Foreign Affairs.

The Common Market Group shall have powers of initiative. Its duties shall be the following:

- to monitor compliance with the Treaty;
- to take the necessary steps to enforce decisions adopted by the Council;
- to propose specific measures for applying the trade liberalization programme, co-ordinating macroeconomic policies and negotiating agreements with third parties;
- to draw up programmes of work to ensure progress towards the formation of the common market.

The Common Market Group may set up whatever working groups are needed for it to perform its duties. To start with, it shall have the working groups mentioned in Annex V.

The Common Market Group shall draw up its own rules of procedure within 60 days of its establishment.

Article 14

The Common Market Group shall consist of four members and four alternates for each country, representing the following public bodies:

- Ministry of Foreign Affairs;

-- Ministry of Economy or its equivalent (areas of industry, foreign trade and/or economic co-ordination);

-- Central Bank.

In drafting and proposing specific measures as part of its work up to 31 December 1994, the Common Market Group may, whenever it deems appropriate, call on representatives of other government agencies or the private sector.

Article 15

The Common Market Group shall have an administrative secretariat whose main functions shall be to keep the Group's documents and report on its activities. It shall be headquartered in the city of Montevideo.

Article 16

During the transition period, decisions of the Council of the common market and the Common Market Group shall be taken by consensus, with all States Parties present.

Article 17

The official languages of the common market shall be Spanish and Portuguese, and the official version of its working documents shall be that drafted in the language of the country in which each meeting takes place.

Article 18

Prior to the establishment of the common market on 31 December 1994, the States Parties shall convene a special meeting to determine the final institutional structure of the administrative organs of the common market, as well as the specific powers of each organ and its decision-making procedures.

CHAPTER III: PERIOD OF APPLICATION

Article 19

This Treaty shall be of unlimited duration and shall enter into force 30 days after the date of deposit of the third instrument of ratification. The instruments of ratification shall be deposited with the Government of the Republic of Paraguay, which shall notify the Governments of the other States Parties of the date of deposit.

The Government of the Republic of Paraguay shall notify the Governments of each of the other States Parties of the date of entry into force of this Treaty.

CHAPTER IV: ACCESSION

Article 20

This Treaty shall be open to accession, through negotiation, by other countries members of the Latin American Integration Association; their applications may be considered by the States Parties once this Treaty has been in force for five years.

Notwithstanding the above, applications made by countries members of the Latin American Integration Association who do not belong to subregional integration schemes or an extraregional association may be considered before the date specified.

Approval of applications shall require the unanimous decision of the States Parties.

CHAPTER V: DENUNCIATION

Article 21

Any State Party wishing to withdraw from this Treaty shall inform the other States Parties of its intention expressly and formally and shall submit the document of denunciation within 60 days to the Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Paraguay, which shall distribute it to the other States Parties.

Article 22

Once the denunciation has been formalized, those rights and obligations of the denouncing State deriving from its status as a State Party shall cease, while those relating to the liberalization programme under this Treaty and any other aspect to which the States Parties, together with the denouncing State, may agree within the 60 days following the formalization of the denunciation shall continue. The latter rights and obligations of the denouncing Party shall remain in force for a period of two years from the date of the above-mentioned formalization.

CHAPTER VI: GENERAL PROVISIONS

Article 23

This Treaty shall be called the "Treaty of Asunción".

Article 24

In order to facilitate progress towards the formation of the common market, a Joint Parliamentary Commission of MERCOSUR shall be established. The executive branches of the States Parties shall keep their respective legislative branches informed of the progress of the common market established by this Treaty.

DONE at the city of Asuncion, on 26 March 1991, in one original in the Spanish and Portuguese languages, both texts being equally authentic. The Government of the Republic

of Paraguay shall be the depositary of this Treaty and shall send a duly authenticated copy thereof to the Governments of signatory and acceding States Parties.

For the Government of the Argentine Republic:

CARLOS SAUL MENEM

GUIDO DI TELLA

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

FERNANDO COLLOR

FRANCISCO REZEK

For the Government of the Republic of Paraguay:

ANDRES RODRIGUEZ

ALEXIS FRUTOS VAESKEN

For the Government of the Eastern Republic of Uruguay:

LUIS ALBERTO LACALLE HERRERA

HECTOR GROS ESPIELL

ANNEX I. TRADE LIBERALIZATION PROGRAMME

Article 1

The States Parties hereby agree to eliminate, by 31 December 1994 at the latest, any duties, charges and other restrictions applied in their reciprocal trade.

With regard to the schedules of exceptions submitted by the Republic of Paraguay and the Eastern Republic of Uruguay, the period for their elimination shall extend to 31 December 1995, on the terms of article 7 of this Annex.

Article 2

For the purposes of the preceding article:

(a) "Duties and charges" shall mean customs duties and any other charges of equivalent effect, whether related to fiscal, monetary, foreign exchange or other matters, levied on foreign trade. This concept does not cover fees and similar charges corresponding to the approximate cost of services rendered; and

(b) "Restrictions" shall mean any administrative, financial, foreign exchange or other measures by which a State Party unilaterally prevents or impedes reciprocal trade. This concept does not cover measures taken in the situations envisaged in article 50 of the Montevideo Treaty of 1980.

Article 3

As of the date of entry into force of the Treaty, the States Parties shall begin a programme of gradual, linear and automatic tariff reductions, which shall benefit products classified according to the tariff nomenclature used by the Latin American Integration Association, observing the following timetable:

DATE/PERCENTAGE TARIFF REDUCTION

30 June 1991	31 Dec. 1991	30 June 1992	31 Dec. 1992	30 June 1993	31 Dec. 1993	30 June 1994	31 Dec. 1994
47	54	61	68	75	82	89	100

Preferences shall apply to the tariff in force at the time of their application and shall consist of a percentage reduction in the most favourable duties and charges applied to imports of products coming from third countries not members of the Latin American Integration Association.

If one of the States Parties increases this tariff for imports from third countries, the established timetable shall continue to apply at the tariff level in force on 1 January 1991.

If tariffs are reduced, the corresponding preference shall apply automatically to the new tariff on the date on which that new tariff enters into force.

For the above purposes, the States Parties shall exchange among themselves and shall transmit to the Latin American Integration Association, within 30 days of the entry into

force of the Treaty, updated copies of their customs tariffs and of those in force on 1 January 1991.

Article 4

Preferences agreed to in partial scope agreements concluded by the States Parties among themselves in the framework of the Latin American Integration Association shall be expanded, under the present tariff reduction programme, according to the following timetable:

DATE / PERCENTAGE TARIFF REDUCTION

	31/11/90	30/01/91	31/11/91	30/01/92	31/11/92	30/01/93	31/11/93	30/01/94	31/11/94
00 A	40	47	54	61	68	75	82	89	100
41 A	45	52	59	66	73	80	87	94	100
46 A	50	57	64	71	78	85	92	100	
51 A	55	61	67	73	79	86	93	100	
56 A	60	67	74	81	88	95	100		
61 A	65	71	77	83	89	96	100		
66 A	70	75	80	85	90	95	100		
71 A	75	80	85	90	95	100			
76 A	80	85	90	95	100				
81 A	85	89	93	97	100				
86 A	90	95	100						
91 A	95	100							
96 A	100								

These reductions shall apply only in the context of the corresponding partial scope agreements and shall not benefit other members of the common market; nor shall they apply to products included in the respective schedules of exceptions.

Article 5

Without prejudice to the mechanism described in articles 3 and 4, States Parties may also expand preferences by means of negotiations conducted in the framework of the agreements envisaged in the Montevideo Treaty of 1980.

Article 6

The tariff reduction timetable referred to in articles 3 and 4 of this Annex shall not apply to products included in the schedules of exceptions submitted by each of the States Parties with the following quantities of ALADI nomenclature items:

Argentine Republic:	394
Federative Republic of Brazil:	324
Republic of Paraguay:	439
Eastern Republic of Uruguay:	960

Article 7

The schedules of exceptions shall be reduced at the end of each calendar year in accordance with the following timetable:

(a) For the Argentine Republic and the Federative Republic of Brazil, by 20 per cent per year of the component items; this reduction applies from 31 December 1990;

(b) For the Republic of Paraguay and the Eastern Republic of Uruguay, the reduction shall be at the following rates:

10 per cent on the date of entry into force of the Treaty

10 per cent on 31 December 1991

20 per cent on 31 December 1992

20 per cent on 31 December 1993

20 per cent on 31 December 1994

20 per cent on 31 December 1995.

Article 8

The schedules of exceptions contained in appendices I, II, III and IV include the first reduction envisaged in the preceding article.

Article 9

Products which are removed from schedules of exceptions on the terms set forth in Article 7 shall automatically benefit from the preferences resulting from the tariff reduction programme established in Article 3 of this annex. They shall benefit, at the least, from the minimum percentage reduction provided on the date on which they are removed from the schedules.

Article 10

States Parties may apply up to 31 December 1994, to products included in the tariff reduction programme, only the non-tariff restrictions expressly mentioned in the notes supplementing the complementarity agreement to be concluded by the States Parties in the framework of the Montevideo Treaty of 1980.

As of 31 December 1994, all non-tariff restrictions shall be eliminated from the common market area.

Article 11

In order to ensure observance of the tariff reduction timetable established in Articles 3 and 4, and also the formation of the common market, the States Parties shall co-ordinate any macroeconomic and sectoral policies which may be agreed upon and to which the Treaty establishing the common market refers, beginning with those connected with trade flows and the composition of the States Parties' productive sectors.

Article 12

The provisions of this Annex shall not apply to the partial scope agreements, economic complementarity agreements Nos. 1, 2, 13 and 14 or trade and agricultural agreements signed in the framework of the Montevideo Treaty of 1980, such agreements being governed exclusively by their own provisions.

ANNEX II. GENERAL RULES OF ORIGIN

CHAPTER I: GENERAL RULES FOR CLASSIFICATION OF ORIGIN

Article 1

The following shall be classified as originating in the States Parties:

(a) Products manufactured wholly in the territory of any of the Parties, when only materials originating in the States Parties are used in their manufacture;

(b) Products included in the chapters or headings of the tariff nomenclature of the Latin American Integration Association referred to in Annex 1 of resolution 78 of the Committee of Representatives of that Association, simply by virtue of the fact that they are produced in their respective territories.

The following shall be classified as produced in the territory of a State Party:

(i) Mineral, plant and animal products, including hunting and fishing products, extracted, harvested or gathered, born and raised in its territory or in its territorial waters or exclusive economic zone;

(ii) Marine products extracted outside its territorial waters and exclusive economic zone by vessels flying its flag or leased by companies established in its territory; and

(iii) Products resulting from operations or processes carried out in its territory by which they acquire the final form in which they will be marketed, except when such processes or operations simply involve assembly, packaging, division into lots or volumes, selection and classification, marking, the putting together of assortments of goods or other equivalent operations or processes;

(c) Products in whose manufacture materials not originating in the States Parties are used, when such products are changed by a process carried out in the territory of one of the States Parties which results in their reclassification in the tariff nomenclature of the Latin American Integration Association under a heading different from that of such materials, except in cases where the States Parties determine that the requirement of Article 2 of this Annex must also be met.

However, products resulting from operations or processes carried out in the territory of a State Party, by which they acquire the final form in which they will be marketed, shall not be classified as originating in the States Parties when such operations or processes use only materials or inputs not originating in their respective countries and simply involve assembly, division into lots or volumes, selection, classification, marking, the putting together of assortments of goods or other similar operations or processes;

(d) Until 31 December 1994, products resulting from assembly operations carried out in the territory of a State Party using materials originating in the States Parties and third countries, when the value of those materials is not less than 40 per cent of the f.o.b. export value of the final product; and

(e) Products which, in addition to being produced in their territory, meet the specific requirements established in Annex 2 of Resolution 78 of the Committee of Representatives of the Latin American Integration Association.

Article 2

In cases where the requirement of Article 1 (c) cannot be met because the process carried out does not involve a change in nomenclature heading, it shall suffice that the c.i.f. value of the third country materials at the port of destination or the maritime port does not exceed 50 per cent of the f.o.b. export value of the goods in question.

In considering materials originating in third countries for States Parties with no outlet to the sea, warehouses and free zones granted by the other States Parties when the materials arrive by sea shall be treated as the port of destination.

Article 3

The States Parties may establish, by mutual consent, specific requirements of origin which shall prevail over general classification criteria.

Article 4

In determining the specific requirements of origin referred to in Article 3 and in reviewing those already established, State Parties shall take the following elements, individually or jointly, as a basis:

I. Materials and other inputs used in production:

(a) Raw materials:

- (i) Preponderant raw material or that which essentially characterizes the product; and
- (ii) Main raw materials.

(b) Parts or components:

- (i) Part or component which essentially characterizes the product;
- (ii) Main parts or components; and
- (iii) Percentage of parts or components in relation to total weight.

(c) Other inputs.

II. Type of processing used.

III. Maximum proportion of the value of materials imported from third countries in relation to the total value of the product arrived at using the valuation procedure agreed to in each case.

Article 5

In exceptional cases, where specific requirements cannot be met because of circumstantial supply problems: availability, technical specifications, delivery date and price, taking into account the provisions of Article 4 of the Treaty, materials not originating in the States Parties may be used.

In the situation envisaged in the preceding paragraph, the exporting country shall issue the corresponding certificate informing the importing State Party and the Common Market

Group, together with any background information and evidence justifying the issue of that document.

If such cases occur repeatedly, the exporting State Party or the importing State Party shall inform the Common Market Group of the situation so that the specific requirement can be reviewed.

This article does not cover products resulting from assembly operations and shall apply pending the entry into force of the common external tariff for products subject to specific requirements of origin and their materials or inputs.

Article 6

Any State Party may request that requirements of origin established pursuant to Article I above be reviewed. Such requests shall propose and justify the requirements applicable to the product or products in question.

Article 7

For the purpose of meeting requirements of origin, materials and other inputs originating in the territory of any State Party and used by a State Party in the manufacture of a given product shall be classified as originating in the territory of this latter State Party.

Article 8

The criterion of maximum use of materials or other inputs originating in States Parties may not be taken into account in establishing requirements which involve the imposition of materials or other inputs of those States Parties when, in their view, such materials or inputs do not meet adequate supply, quality or price standards or are not adapted to the industrial processes or technologies used.

Article 9

In order for originating goods to benefit from preferential treatment, they must have been shipped directly from the exporting country to the importing country. For these purposes, the following shall be deemed direct shipment:

- (a) Goods not shipped through the territory of a country that is not a party to the Treaty;
- (b) Goods shipped in transit through one or more countries that are not parties to the Treaty, with or without transshipment or temporary storage, under the supervision of the competent customs authority in such countries, provided that:
 - (i) Transit is justified by geographical reasons or transport considerations;
 - (ii) The goods are not intended for trade or use in the country of transit; and
 - iii) The goods are not subjected, during shipment and storage, to any operation other than loading, unloading or handling to keep them in good condition or ensure their conservation.

Article 10

For the purposes of these general rules, it shall be understood that:

(a) Products coming from free zones located within the geographical boundaries of any of the States Parties shall meet the requirements envisaged in these general rules;

(b) The term "materials" shall include raw materials, intermediate products and parts and components used in the manufacture of goods.

CHAPTER II: DECLARATION, CERTIFICATION AND VERIFICATION

Article 11

In order for imports of products originating in the States Parties to benefit from the reductions in duties, charges and restrictions they have granted each other, the export documentation for such products must include a declaration certifying that they meet the requirements of origin established in accordance with the preceding chapter.

Article 12

The declaration referred to in the preceding article shall be issued by the final producer or the exporter of the goods and certified by an official department or professional association with legal personality, authorized by the Government of the exporting State Party.

In authorizing professional associations, States Parties shall make sure that they are organizations which have national jurisdiction and can delegate authority to regional or local associations while remaining directly responsible for the veracity of the certifications issued.

The States Parties undertake to establish, within a period of 90 days from the entry into force of the Treaty, a harmonized regime of administrative penalties for cases of false certification, without prejudice to the corresponding criminal proceedings.

Article 13

Certificates of origin issued for the purposes of this Treaty shall be valid for 180 days from the date of their issue.

Article 14

In all cases, the standard form annexed to agreement No. 25 of the Committee of Representatives of the Latin American Integration Association shall be used until such time as another form approved by the States Parties comes into effect.

Article 15

States Parties shall transmit to the Latin American Integration Association the list of official departments and professional associations authorized to issue the certification referred to in the preceding article, with a record and exact copy of the authorized signatures.

Article 16

If a State Party considers that the certificates issued by an official department or professional association authorized by another State Party are not in compliance with the provisions of these general rules, it shall inform that State Party accordingly so that the latter can take whatever steps it deems necessary to solve the problems that have arisen.

In no case may the importing country hold up import procedures for products covered by the certificates referred to in the preceding paragraph. It may, however, in addition to requesting the corresponding additional information from the governmental authorities of the exporting country, take whatever measures it deems necessary to safeguard fiscal interests.

Article 17

For the purposes of subsequent verification, copies of certificates and the corresponding documents shall be kept for two years from the date of their issue.

Article 18

The provisions of these general rules and any amendments thereto shall not affect goods already loaded for shipment on the date of their adoption.

Article 19

The provisions of this Annex shall not apply to the partial scope agreements, economic complementarity agreements Nos. 1, 2, 13 and 14 or trade and agricultural agreements signed in the framework of the Montevideo Treaty of 1980, such agreements being governed exclusively by their own provisions.

ANNEX III. SETTLEMENT OF DISPUTES

1. Any dispute arising between the States Parties as a result of the application of the Treaty shall be settled by means of direct negotiations.

If no solution can be found, the States Parties shall refer the dispute to the Common Market Group which, after evaluating the situation, shall within a period of 60 days make the relevant recommendations to the Parties for settling the dispute. To that end, the Common Market Group may establish or convene panels of experts or groups of specialists in order to obtain the necessary technical advice.

If the Common Market Group also fails to find a solution, the dispute shall be referred to the Council of the common market to adopt the relevant recommendations.

2. Within 120 days of the entry into force of the Treaty, the Common Market Group shall propose to the Governments of States Parties a system for the settlement of disputes which shall apply during the transition period.

3. Before 31 December 1994, the States Parties shall adopt a permanent disputes settlement system for the common market.

ANNEX IV. SAFEGUARD CLAUSES

Article 1

Each State Party may, up to 31 December 1994, apply safeguard clauses to imports of products benefiting from the trade liberalization programme established under the Treaty.

The States Parties hereby agree that they shall use these rules only in exceptional cases.

Article 2

If imports of a given product damage or threaten serious damage to its market as a result of a significant increase in imports of that product from the other States Parties over a short period of time, the importing country shall request the Common Market Group to hold consultations with a view to ending such a situation.

The importing country shall accompany its request with a detailed statement of the supporting facts, reasons and justifications.

The Common Market Group shall begin consultations within a maximum of 10 calendar days from the submission of the request by the importing country and shall conclude them, having taken a decision thereon, within 20 calendar days from the start of consultations.

Article 3

The existence or otherwise of damage or the threat of serious damage within the meaning of these rules shall be determined by each country, taking into account trends, *inter alia*, in the following aspects related to the product in question.

- (a) Production level and capacity used;
- (b) Employment level;
- (c) Share of the market;
- (d) Level of trade between the parties concerned or participating in the consultations;
- (e) Performance of imports and exports in relation to third countries.

None of the above-mentioned factors shall, on its own, be decisive for determining the existence of damage or the threat of serious damage.

In determining the existence of damage or the threat of serious damage, factors such as technological changes or shifts in consumer preferences towards similar and/or directly competitive products in the same sector shall not be taken into account.

Application of the safeguard clause shall be subject, in each country, to the final approval of the national section of the Common Market Group.

Article 4

In order not to interrupt any trade flows which may have been generated, the importing country shall negotiate a quota for imports of the product in respect of which the safeguard

clause has been invoked. This quota shall be governed by the same preferences and other conditions established in the trade liberalization programme.

The above-mentioned quota shall be negotiated with the State Party in which the imports originate, during the period of consultation referred to in Article 2. If the period of consultation ends without an agreement being reached, the importing country which considers itself affected may fix a quota which shall be maintained for one year.

In no event may a quota fixed unilaterally by the importing country be less than the average physical volume imported in the last three calendar years.

Article 5

Safeguard clauses shall apply for a year and may be extended for a further consecutive year on the terms established in this Annex. Such measures may be adopted only once for each product.

In no event may the application of safeguard clauses extend beyond 31 December 1994.

Article 6

The application of safeguard clauses shall not affect goods already loaded for shipment on the date of their adoption. Such goods shall be computed into the quota provided for in article 4.

Article 7

During the transition period, any State Party which considers itself affected by serious difficulties in its economic activities shall request the Common Market Group to hold consultations so that the necessary corrective measures can be taken.

Within the periods established in Article 2 of this Annex, the Common Market Group shall evaluate the situation and decide on the measures to be taken, according to the circumstances.

ANNEX V. WORKING GROUPS OF THE COMMON MARKET GROUP

For the purposes of co-ordinating macroeconomic and sectoral policies, the Common Market Group shall establish, within 30 days of its formation, the following working groups:

- Sub-Group 1: Commercial issues
- Sub-Group 2: Customs issues
- Sub-Group 3: Technical standards
- Sub-Group 4: Fiscal and monetary policies relating to trade
- Sub-Group 5: Inland transport
- Sub-Group 6: Maritime transport
- Sub-Group 7: Industrial and technological policy
- Sub-Group 8: Agricultural policy
- Sub-Group 9: Energy policy
- Sub-Group 10: Co-ordination of macroeconomic policies

[TRANSLATION — TRADUCTION]

TRAITÉ RELATIF À LA CRÉATION D'UN MARCHÉ COMMUN ENTRE LA RÉPUBLIQUE ARGENTINE, LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL, LA RÉPUBLIQUE DU PARAGUAY ET LA RÉPUBLIQUE ORIENTALE DE L'URUGUAY

La République argentine, la République fédérative du Brésil, la République du Paraguay et la République orientale de l'Uruguay, ci-après dénommées les "Etats parties";

Considérant que l'élargissement de leurs marchés nationaux actuels, grâce à l'intégration, est une condition essentielle de l'accélération de leur développement économique dans la justice sociale;

Sachant que pour atteindre cet objectif il faudra utiliser les ressources disponibles de la manière la plus efficace tout en préservant l'environnement, améliorer les liaisons sur le plan matériel, coordonner les politiques macro-économiques et assurer la complémentarité des différents secteurs économiques, et ce en procédant d'une manière progressive, souple et équilibrée;

Tenant compte de l'évolution de la situation internationale, en particulier de la création de grands espaces économiques et du fait qu'il importe pour eux d'assurer de façon satisfaisante leur intégration dans l'économie internationale;

Estimant que ce processus d'intégration constitue une réponse appropriée à cette évolution;

Conscients que le présent Traité est un nouveau pas accompli sur la voie du renforcement progressif de l'intégration de l'Amérique latine, conformément à l'objectif fixé par le Traité de Montevideo de 1980;

Convaincus de la nécessité de promouvoir leur développement scientifique et technique et de moderniser leur économie en vue d'accroître l'offre et d'améliorer la qualité des biens et services disponibles dans le but d'améliorer les conditions de vie de leurs habitants;

Réaffirmant leur volonté politique de jeter les bases d'une union sans cesse plus étroite entre leurs peuples dans le but d'atteindre les objectifs susmentionnés,

Conviennent de ce qui suit :

CHAPITRE I. BUTS, PRINCIPES ET MÉCANISMES

Article 1

Les Etats parties décident d'instituer, d'ici au 31 décembre 1994, un marché commun qui sera dénommé "Marché commun du Sud" (MERCOSUR).

Ce marché commun a pour but :

La libre circulation, entre les pays considérés, des biens, des services et des facteurs de production au moyen, notamment, de l'élimination des droits de douane et des restrictions

non tarifaires à la circulation des marchandises ainsi que de toutes autres mesures équivalentes;

L'établissement d'un tarif douanier commun et d'une politique commerciale commune envers les Etats tiers ou les autres groupes d'Etats, ainsi que l'harmonisation des positions au sein des instances économiques et commerciales régionales et internationales;

La coordination des politiques macro-économiques et sectorielles des Etats parties en ce qui concerne le commerce extérieur, l'agriculture, l'industrie, la réglementation fiscale, les questions monétaires, la réglementation en matière de change et de capitaux, les services, les douanes, les transports et communications et dans d'autres domaines, selon qu'ils en conviendront, de sorte que la concurrence entre les Etats parties s'exerce dans des conditions appropriées;

Le rapprochement des législations des Etats parties dans les domaines pertinents en vue de renforcer le processus d'intégration.

Article 2

Le Marché commun sera fondé sur le principe de la réciprocité des droits et obligations des Etats parties.

Article 3

Pour la période de transition, qui commencera dès l'entrée en vigueur du présent Traité et s'achèvera le 31 décembre 1994, et afin de faciliter l'institution du Marché commun, les Etats parties adopteront un régime général de l'origine, un système de règlement des différends et des clauses de sauvegarde, lesquels font l'objet des annexes II, III et IV au présent Traité.

Article 4

Dans leurs relations avec les pays tiers, les Etats parties garantiront des conditions commerciales équitables. A cet effet, ils appliqueront leur législation nationale de manière à décourager les importations de biens dont les prix sont influencés par l'octroi de subventions, une politique de dumping ou toute autre pratique déloyale. Parallèlement, ils coordonneront leurs politiques nationales respectives en vue d'élaborer des normes communes en matière de concurrence commerciale.

Article 5

Pendant la période de transition, les principaux mécanismes prévus en vue de l'institution du Marché commun sont les suivants :

a) Un programme de libération des échanges, qui consiste en des réductions progressives, linéaires et automatiques des barrières tarifaires, assorties de l'élimination des barrières non tarifaires ou des mesures d'effet équivalent et des autres restrictions aux échanges

entre les Etats parties, l'objectif étant leur élimination totale au 31 décembre 1994 (annexe I);

b) La coordination des politiques macro-économiques, qui sera assurée progressivement et en accord avec les programmes de dégrèvement douanier et d'élimination des barrières non tarifaires mentionnés au précédent alinéa;

c) Un tarif douanier commun, de nature à promouvoir la compétitivité des Etats parties sur le marché extérieur;

d) La conclusion d'accords sectoriels en vue de permettre l'utilisation et la mobilité optimales des facteurs de production et réaliser ainsi des économies d'échelle.

Article 6

Les Etats parties reconnaissent à la République du Paraguay et à la République orientale de l'Uruguay le droit d'appliquer certaines dispositions à un rythme différent, comme il est stipulé dans le Programme de libération des échanges (annexe I).

Article 7

En matière d'impôts, taxes et autres droits Internes, les produits originaires du territoire d'un Etat partie bénéficieront, sur le territoire des autres Etats parties, du mime traitement que les produite nationaux.

Article 8

Les Etats parties s'engagent à respecter les engagements qu'ils ont souscrits avant la conclusion du présent Traité, y compris les accords qu'ils ont signés dans le cadre de l'Association latino-américainc d'intégration, et à coordonner leurs positions lors des négociations commerciales qu'ils engageront avec des tiers pendant la période de transition. A cette fin :

a) Ils éviteront de porter atteinte à leurs intérêts mutuels lors des négociations commerciales qu'ils mèneront entre eux d'ici au 31 décembre 1994;

b) Ils éviteront de compromettre les intérêts des autres Etats parties ou la réalisation des objectifs du Marché commun dans les accords qu'ils concluront avec d'autres pays membres de l'Association latino-américaine d'intégration pendant la période de transition;

c) Ils auront des consultations chaque fois qu'ils négocieront de vastes programmes de dégrèvement douanier en vue de la création de zones de libre-échange avec les autres pays membres de l'Association latino-américaine d'intégration;

d) Ils accorderont automatiquement aux autres Etats parties tous les avantages, concessions, franchises, privilèges ou immunités qu'ils consentent aux produits en provenance ou à destination de pays tiers qui ne sont pas membres de l'Association latino-américaine d'intégration.

CHAPITRE II. ORGANES

Article 9

L'application du présent Traité et des accords spécifiques et décisions qui seront adoptés dans le cadre juridique institué par ledit Traité au cours de la période de transition, sera confiée aux organes suivants

- a) Le Conseil du Marché commun;
- b) Le Groupe du Marché commun.

Article 10

Le Conseil est l'organe suprême du Marché commun. Il est chargé d'en conduire la politique et de prendre des décisions afin d'atteindre les objectifs et de respecter les échéances fixés en vue d'instituer définitivement le Marché commun.

Article 11

Le Conseil se composera des ministres des relations extérieures et des ministres de l'économie des Etats parties.

Il se réunira chaque fois qu'ils le jugeront opportun, et au moins une fois par an avec la participation des présidents des Etats parties.

Article 12

La Présidence du Conseil sera assurée à tour de rôle et suivant l'ordre alphabétique par chaque Etat partie pendant une période de six mois.

Les réunions du Conseil seront coordonnées par les ministres des relations extérieures; pourront être invités à y participer d'autres ministres ou responsables de rang ministériel.

Article 13

Le Groupe du Marché commun est l'organe exécutif du Marché commun, et les ministres des relations extérieures en assureront la coordination.

Le Groupe du Marché commun est habilité à prendre des initiatives. Ses attributions seront les suivantes :

- Veiller à l'application du Traité;
- Prendre les mesures nécessaires pour exécuter des décisions adoptées par le Conseil;
- Proposer des mesures concrètes en vue de l'application du Programme de libération des échanges, de la coordination des politiques macro-économiques et de la négociation d'accords avec des tiers;
- Etablir des programmes de travail de nature à promouvoir l'institution du Marché commun.

Le Groupe du Marché commun pourra créer les sous-groupes de travail qu'il jugera nécessaires à l'accomplissement de ses tâches. Seront créés dans un premier temps les sous-groupes mentionnés à l'annexe V.

Le Groupe du marché commun arrêtera son propre règlement intérieur dans un délai de 60 jours à partir de la date de sa mise en place.

Article 14

Le Groupe du Marché commun sera composé de quatre membres titulaires et de quatre membres suppléants par pays, représentant les organismes publics suivants :

- Ministère des relations extérieures;
- Ministère de l'économie ou organisme équivalent (industrie, commerce extérieur et/ou coordination économique);
- Banque centrale.

En élaborant et en proposant des mesures concrètes dans l'exercice de ces fonctions jusqu'au 31 décembre 1994, le Groupe du Marché commun pourra inviter, lorsqu'il le juge approprié, des représentants d'autres organismes publics et privés.

Article 15

Le Groupe du Marché commun sera doté d'un secrétariat administratif, qui sera essentiellement chargé de la garde de la documentation et de l'information sur les activités du Groupe. Le secrétariat aura son siège à Montevideo.

Article 16

Au cours de la période de transition, les décisions du Conseil du Marché commun et du Groupe du Marché commun seront prises par consensus, en présence de tous les Etats parties.

Article 17

Les langues officielles du Marché commun seront l'espagnol et le portugais et la version officielle des documents de travail sera celle établie dans la langue du pays où se tient la réunion.

Article 18

Avant la création du Marché commun, le 31 décembre 1994, les Etats parties convoqueront une réunion extraordinaire en vue de définir la structure Institutionnelle définitive des organes administratifs du Marché commun, les attributions exactes de chacun d'entre eux et les modalités de la prise de décisions.

CHAPITRE III. ENTRÉE EN VIGUEUR

Article 19

Le présent Traité sera d'une durée indéfinie et entrera en vigueur trente jours après la date du dépôt du troisième instrument de ratification. Les instruments de ratification seront déposés auprès du Gouvernement de la République du Paraguay, lequel fera connaître la date du dépôt aux gouvernements des autres Etats parties.

Le Gouvernement de la République du Paraguay notifiera au gouvernement de chacun des autres Etats parties la date d'entrée en vigueur du présent Traité.

CHAPITRE IV. ADHÉSION

Article 20

Le présent Traité sera ouvert à l'adhésion, par voie de négociation, des autres pays membres de l'Association latino-américaine d'intégration, dont les demandes pourront être examinées par les Etats parties cinq ans après l'entrée en vigueur du présent Traité.

Pourront toutefois être examinées avant le délai susmentionné les demandes présentées par les pays membres de l'Association latino-américaine d'intégration qui ne participent pas à un projet d'intégration sous-régionale ou à une association extra-régionale.

L'approbation des demandes fera l'objet d'une décision unanime des Etats parties.

CHAPITRE V. DÉNONCIATION

Article 21

Tout Etat membre qui désire dénoncer le présent Traité sera tenu de faire connaître son intention aux autres Etats parties de façon expresse et formelle, en déposant officiellement dans un délai de soixante jours son Instrument de dénonciation auprès du Ministère des relations extérieures de la République du Paraguay, qui en transmettra copie aux autres Etats parties.

Article 22

Une fois accomplies, les formalités de dénonciation, les droits et obligations découlant, pour le gouvernement dénonçant, de sa qualité d'Etat partie, s'éteignent automatiquement, à l'exception de ceux qui ont trait au Programme de libération des échanges prévu par le présent Traité et de ceux dont conviendront les Etats parties, en accord avec l'Etat dénonçant, dans les soixante jours qui suivent l'accomplissement des formalités de dénonciation. Lesdits droits et obligations de l'Etat dénonçant resteront en vigueur pendant une période de deux ans à partir de la date de l'accomplissement des formalités de dénonciation.

CHAPITRE VI. DISPOSITIONS GÉNÉRALES

Article 23

Le présent Traité sera dénommé "Traité d'Asunción".

Article 24

Afin de promouvoir l'organisation du Marché commun, il sera créé une Commission parlementaire conjointe du MERCOSUR. Les pouvoirs exécutifs des Etats parties informeront les pouvoirs législatifs respectifs quant l'évolution du Marché commun faisant l'objet du présent Traité.

FAIT à Asunción, le vingt-six mars mil neuf cent quatre-vingt-onze, en un exemplaire unique en langue espagnole et en langue portugaise, les deux textes faisant également foi. Le présent Traité sera déposé dans les archives du Gouvernement de la République du Paraguay, qui en remettra une copie certifiée conforme aux gouvernements des autres Etats parties signataires ou adhérents.

Pour le Gouvernement de la République argentine :

CARLOS SAUL MENEM
GUIDO DI TELLA

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

FERNANDO COLLOR
FRANCISCO REZEK

Pour le Gouvernement de la République du Paraguay :

ANDRES RODRIGUEZ
ALEXIS FRUTOS VAESKEN

Pour le Gouvernement de la République orientale de l'Uruguay :

LUIS ALBERTO LACALLE HERRERA
HECTOR GROS ESPIELL

ANNEXE I. PROGRAMME DE LIBÉRATION DES ECHANGES

Article 1

Les Etats parties conviennent d'abolir au plus tard le 31 décembre 1994 les droits et autres restrictions applicables à leurs échanges commerciaux.

Le délai prévu pour la suppression des listes d'exceptions présentées par la République du Paraguay et par la République orientale de l'Uruguay sera prorogé jusqu'au 31 décembre 1995, conformément à l'article 7 de la présente annexe.

Article 2

Aux fins de l'article précédent, on entend

a) Par "droits" les droits douaniers et toutes autres charges d'effet équivalent, de nature fiscale, monétaire, cambiale ou de toute autre sorte, qui ont une incidence sur le commerce extérieur. Ce terme ne vise pas les taxes et charges analogues qui représentent le coût approché de services rendus;

b) Par "restrictions" toute mesure, de caractère administratif, financier, cambial ou de toute autre nature, par laquelle un Etat partie empêche ou entrave, par suite d'une décision unilatérale, les échanges commerciaux. Ce terme ne vise pas les mesures prises dans les cas prévus à l'article 50 du Traité de Montevideo de 1980.

Article 3

Dès l'entrée en vigueur du Traité, les Etats parties amorceront un programme de dégrèvement progressif, linéaire et automatique qui s'appliquera à tous les produits soumis à droits de douane et classés conformément à la nomenclature tarifaire utilisée par l'Association latino-américaine d'intégration, selon le calendrier ci-après :

DATE/TAUX DE DÉGRÈVEMENT							
30/VI/91	31/XII/91	30/VI/92	31/XII/92	30/VI/93	31/XII/93	30/VI/94	31/XII/94
47	54	61	68	75	82	89	100

Les préférences, qui s'appliqueront sur la base du tarif douanier en vigueur au moment de leur introduction, consistent en une réduction en pourcentage des droits à l'importation les plus favorables grevant les produits en provenance des pays tiers qui ne sont pas membres de l'Association latino-américaine d'intégration.

Si l'un des Etats parties décide de relever les droits grevant les produits en provenance de pays tiers, le calendrier fixé continuera de s'appliquer sur la base du tarif douanier en vigueur au 1er janvier 1991.

En cas de réduction des droits, la préférence correspondante s'appliquera automatiquement au nouveau tarif douanier dès l'entrée en vigueur de celui-ci.

A cet effet, les Etats parties se communiqueront et remettront à l'Association latino-américaine d'intégration, dans les trente jours de l'entrée en vigueur du Traité, des exemplaires à jour de leurs tarifs douaniers, ainsi que des tarifs en vigueur au 1er janvier 1991.

Article 4

Les préférences consenties en vertu d'accords de portée partielle conclus entre les Etats parties dans le cadre de l'Association latino-américaine d'intégration seront progressivement mises en oeuvre dans le cadre du présent programme de dégrèvement selon le calendrier ci-après :

DATE/TAUX DE DÉGRÈVEMENT

31/11/90	30/11/91	31/11/91	30/11/92	31/11/92	30/11/93	31/11/93	30/11/94	31/11/94
00 A 40	47	54	61	68	75	82	89	100
41 A 45	52	59	66	73	80	87	94	100
46 A 50	57	64	71	78	85	92	100	
51 A 55	61	67	73	79	86	93	100	
56 A 60	67	74	81	88	95	100		
61 A 65	71	77	83	89	96	100		
66 A 70	75	80	85	90	95	100		
71 A 75	80	85	90	95	100			
76 A 80	85	90	95	100				
81 A 85	89	93	97	100				
86 A 90	95	100						
91 A 95	100							
96 A 100								

Ces dégrèvements s'appliqueront exclusivement dans le cadre des accords de portée partielle, ils ne s'appliqueront pas aux autres membres du Marché commun et ne s'étendront pas aux produits figurent sur les listes d'exceptions.

Article 5

Sans préjudice du mécanisme décrit aux articles 3 et 4, les Etats parties pourront convenir de préférences additionnelles à négocier dans le cadre des accords prévus dans le Traité de Montevideo de 1980.

Article 6

Le calendrier de dégrèvement mentionné aux articles 3 et 4 de la présente annexe ne s'applique pas aux produits figurant sur les listes d'exceptions présentées par les Etats parties et qui comportent respectivement le nombre ci-après de positions NALADI (nomenclature tarifaire de l'Association latino-américaine d'intégration) :

République argentine :	394
République fédérative du Brésil :	324
République du Paraguay :	439
République orientale de l'Uruguay :	960

Article 7

Le nombre de positions tarifaires figurent sur les listes d'exceptions rares réduit à l'expiration de chaque année civile, dans les proportions et selon le calendrier ci-après :

a) Pour la République argentine et la République fédérative du Brésil, à raison de vingt pour cent (20 %) chaque année, à partir du 31 décembre 1990.

b) Pour la République du Paraguay et pour la République orientale de l'Uruguay, à raison de :

10 % à la date de l'entrée en vigueur du Traité

10 % au 31 décembre 1991

20 % au 31 décembre 1992

20 % au 31 décembre 1993

20 % au 31 décembre 1994

20 % au 31 décembre 1995.

Article 8

Les listes d'exceptions figurant dans les appendices I, II, III et IV tiennent compte de la première des réductions prévues à l'article précédent.

Article 9

Les produits éliminés des listes d'exceptions dans les conditions prévues à l'article 7 bénéficieront automatiquement des tarifs préférentiels résultant de l'application du programme de dégrèvement prévu à l'article 3 de la présente annexe, étant entendu que leur sera pour le moins appliqué le taux de dégrèvement minimum prévu à la date de leur retrait desdites listes.

Article 10

Au-delà du 31 décembre 1994, les Etats parties ne pourront plus appliquer aux produits visés dans le programme de dégrèvement les restrictions non tarifaires spécifiées expressément dans les notes complémentaires à l'accord de complémentarité que les Etats parties doivent conclure dans le cadre du Traité de Montevideo de 1980.

Au 31 décembre 1994, toutes les restrictions non tarifaires seront abolies dans le Marché commun.

Article 11

Pour permettre la réalisation du calendrier de dégrèvement prévu aux articles 3 et 4 et la mise en place du Marché commun, les Etats parties veilleront à coordonner les politiques macro-économiques et sectorielles qu'ils arrêtent avec celles que prévoit le Traité relatif à la création du Marché commun, en commençant par celles qui ont trait aux flux commerciaux et à l'organisation des secteurs productifs des Etats parties.

Article 12

Les normes énoncées dans la présente annexe ne s'appliquent ni aux accords de portée partielle, ni aux accords de complémentarité économique numéros 1, 2, 13 et 14, ni aux accords commerciaux et agricoles conclus dans le cadre du Traité de Montevideo de 1980, lesquels sont régis exclusivement par les dispositions qu'ils contiennent.

ANNEXE II. RÉGIME GÉNÉRAL DE L'ORIGINE

CHAPITRE 1. RÉGIME GÉNÉRAL DE DÉTERMINATION DE L'ORIGINE

Article 1

Seront considérés comme originaires des Etats parties :

a) Les produits élaborés entièrement sur le territoire de l'un quelconque d'entre eux et exclusivement à l'aide de matériaux originaires des Etats parties;

b) Les produits relevant des chapitres ou positions de la nomenclature tarifaire de l'Association latino-américaine d'intégration qui sont spécifiés à l'annexe 1 de la résolution 78 du Comité des représentants de ladite Association, du seul fait qu'ils sont produits sur le territoire d'un des Etats parties.

Seront considérés comme produits sur le territoire d'un Etat partie

i) Les produits des règnes minéral, végétal et animal, y compris ceux de la chasse et de la pêche, qui sont extraits, cueillis ou récoltés, nés et élevés sur son territoire, dans ses eaux territoriales ou dans sa zone économique exclusive;

ii) Les produits de la mer extraits en dehors de ces eaux territoriales ou de sa zone économique exclusive par des navires battant son pavillon ou affrétés par des entreprises établies sur son territoire;

iii) Les produits qui acquièrent, à la suite d'opérations ou de processus accomplis sur son territoire, la forme définitive sous laquelle ils seront commercialisés, à moins que lesdits processus ou opérations ne se limitent simplement au montage ou à l'assemblage, à l'emballage, au fractionnement en lots ou volumes, à la sélection et à la classification, au marquage, à la composition d'assortiments de marchandises ou à d'autres opérations ou processus équivalents;

c) Les produits élaborés à l'aide de matériaux qui ne sont pas originaires des Etats parties, mais à la suite d'un processus de transformation accompli sur le territoire de l'un d'entre eux et qui leur confère une nouvelle identité, symbolisée par le fait qu'ils occupent dans la nomenclature tarifaire de l'Association latino-américaine d'intégration une position différente de celle desdits matériaux, sauf dans les cas où les Etats parties établissent qu'il est satisfait à l'exigence formulée à l'article 2 de la présente annexe.

Ne seront cependant pas considérés comme originaires d'un Etat partie les produits qui acquièrent, à la suite d'opérations ou de processus accomplis sur le territoire d'un des Etats parties, la forme définitive sous laquelle ils seront commercialisés, lorsque lesdits processus ou opérations s'accomplissent exclusivement à l'aide de matériaux ou d'intrants qui ne sont pas originaires d'un des Etats parties et se confondent entièrement avec le montage ou l'assemblage, le fractionnement en lots ou volumes, la sélection, la classification, le marquage, la composition d'assortiments de marchandises ou d'autres opérations ou processus analogues;

d) Jusqu'au 31 décembre 1994, les produits résultant d'opérations d'assemblage et de montage accomplies sur le territoire d'un des Etats parties à l'aide de matériaux originaires

des Etats parties et de pays tiers, dès lors que la valeur des matériaux originaires représente au moins 40 % de la valeur f.o.b. à l'exportation du produit final;

e) Les produits qui, outre le fait d'être élaborés sur le territoire d'un des Etats parties, satisfont aux prescriptions spécifiques établies à l'annexe 2 de la résolution 78 du Comité, des représentants de l'Association latino-américaine d'intégration.

Article 2

Dans les cas où la condition énoncée au paragraphe c) de l'article premier n'est pas réalisée, du fait que le processus de transformation n'entraîne pas un changement de position dans la nomenclature tarifaire, il suffira que la valeur c.i.f. port de destination ou c.i.f. port maritime des matériaux originaires de pays tiers ne représente pas plus de 50 % (cinquante pour cent) de la valeur f.o.b. à l'exportation des marchandises en question.

Pour la pondération des matériaux originaires de pays tiers, dans le cas d'Etats parties sans littoral, on prendra en considération, comme port de destination, les entrepôts et zones franches concédés par les autres Etats parties, lorsque les matériaux sont acheminés par voie maritime.

Article 3

Les Etats parties pourront établir d'un commun accord des conditions spécifiées en matière d'origine qui prévaudront sur les critères généraux de détermination de l'origine.

Article 4

S'agissant d'établir ou de réviser les conditions spécifiées en matière d'origine dont il est question à l'article 3, les Etats parties prendront en considération les éléments ci-après, séparément ou conjointement :

I. Matériaux utilisés pour la production et autres intrants ;

a) Matières premières :

i) Matière première prépondérante ou qui confère au produit sa caractéristique essentielle;

ii) Matières premières principales :

b) Parties ou pièces

i) Partie ou pièce qui confère au produit sa caractéristique essentielle;

ii) Parties ou pièces principales;

iii) Pourcentage des parties ou pièces par rapport au poids total.

c) Autres intrants.

II. Processus de transformation ou d'élaboration.

III. Valeur maximum que les matériaux importés de pays tiers peuvent représenter par rapport à la valeur totale du produit, telle que celle-ci résulte du procédé de valorisation retenu dans chaque cas.

Article 5

Lorsque dans des ras exceptionnels, les conditions spécifiées ne peuvent être respectées en raison de problèmes temporaires d'approvisionnement (disponibilités, spécifications techniques, délais de livraison et prix) il est possible, en tenant compte des dispositions de l'article 4 du Traité, d'utiliser des matériaux non originaires des Etats parties.

Dans le cas prévu à l'alinéa précédent, le pays exportateur émet le certificat correspondant pour informer l'Etat partie importateur et le Groupe du Marché commun de la situation, et y joignant les données et les preuves justifiant l'expédition dudit certificat.

Au cas où une telle situation se répéterait constamment, l'Etat partie exportateur ou l'Etat partie importateur en informera le Groupe du Marché commun, aux fins de révision des conditions spécifiées en cause.

Le présent article ne vise pas les produits résultant d'opérations d'assemblage et de montage et il sera applicable jusqu'à l'entrée en vigueur du Régime douanier commun prévu pour les produits soumis à des conditions spécifiées en matière d'origine et les matériaux ou Intrants de ces produits.

Article 6

Tout Etat partie peut demander la révision des critères d'origine établis conformément à l'article 1. Dans sa demande, il devra proposer et justifier les conditions applicables au(x) produit(s) en cause.

Article 7

Aux fins de l'application des critères d'origine, les matériaux et autres intrants, originaires du territoire de l'un quelconque des Etats parties qui sont utilisés par un Etat partie pour la fabrication d'un produit donné sont considérés comme originaires de ce dernier Etat.

Article 8

On ne peut invoquer le critère d'utilisation maximale de matériaux ou autres intrants originaires des Etats parties pour fixer des conditions imposant des matériaux ou autres intrants des Etats parties en question lorsque, de l'avis de ces derniers, lesdits matériaux ou intrants ne satisfont pas aux normes d'approvisionnement, de qualité et de prix ou ne sont pas adaptables aux processus industriels ou aux technologies appliquées.

Article 9

Pour pouvoir bénéficier des traitements préférentiels, les marchandises d'origine doivent avoir été expédiées directement du pays exportateur au pays importateur. A cet effet, il y a expédition directe lorsque :

a) Les marchandises sont transportées sans passer par le territoire d'un pays non partie au Traité;

b) Les marchandises transitent par un ou plusieurs pays non parties au Traité, avec ou sans transbordement ou magasinage temporaire, sous la surveillance des autorités douanières compétentes de ces pays, à condition que :

i) Le transit soit justifié par des considérations géographiques ou des impératifs de transport;

ii) Les marchandises ne soient pas destinées à être vendues, utilisées ou employées dans le pays de transit; et

iii) Les marchandises ne fassent l'objet, pendant le transport et le magasinage, d'aucune opération autre que celles de chargement et de déchargement ou de manutention indispensables pour les maintenir en bon état ou assurer leur conservation.

Article 10

Aux fins du présent Régime général, il est entendu que :

a) Les produits en provenance des zones franches situées dans les limites géographiques de l'un quelconque des Etats parties doivent satisfaire aux conditions prévues dans le présent Régime général;

b) Le terme "matériaux" englobe les matières premières, les produits intermédiaires et les parties et les pièces, utilisés dans la fabrication des marchandises.

CHAPITRE II. DÉCLARATION, CERTIFICATION ET VÉRIFICATION

Article 11

Pour que l'importation des produits originaires des Etats parties puisse bénéficier des abattements et des allègements de restrictions, accordés mutuellement, les documents d'exportation doivent comprendre une déclaration certifiant que les critères d'origine établis conformément aux dispositions du chapitre précédent sont remplis.

Article 12

La déclaration visée à l'article précédent est émise par le producteur final ou l'exportateur des marchandises et certifiée par une administration publique ou une association professionnelle, dotée de la personnalité juridique et habilitée à cet effet par le gouvernement de l'Etat partie exportateur.

Lorsqu'ils habilent une association professionnelle, les Etats parties veillent à ce qu'il s'agisse d'une organisation ayant compétence à l'échelon national, qui peut déléguer des pouvoirs à des entités régionales ou locales, tout en gardant la responsabilité directe de la véracité des certifications émises.

Les Etats parties s'engagent à établir, dans un délai de 90 jours à compter de l'entrée en vigueur du Traité, un régime harmonisé de sanctions administratives pour les cas d'émission de faux, sans préjudice des mesures pénales correspondantes.

Article 13

Les certificats d'origine délivrés aux fins du présent Traité ont une durée de validité de 180 jours à compter de la date d'émission.

Article 14

On utilisera dans tous les cas le formulaire type figurant à l'annexe de l'Accord 25 du Comité des représentants de l'Association latino-américaine d'intégration, en attendant qu'entre en vigueur un autre formulaire approuvé par les Etats parties.

Article 15

Les Etats parties communiquent à l'Association latino-américaine d'intégration la liste des administrations publiques et des associations professionnelles habilitées à émettre la certification risée à l'article précédent, ainsi que le registre et le facsimilé des signatures autorisées.

Article 16

Lorsqu'un Etat partie considère que les certificats émis par une administration publique ou une association professionnelle habilitée par un autre Etat partie ne correspondent pas aux dispositions énoncées dans le présent Régime général, il en informe l'Etat partie en question afin que celui-ci prenne les mesures qu'il juge nécessaires pour résoudre les problèmes qui se posent.

Le pays Importateur n'interrompt en aucun cas le processus d'importation des produits couverts par les certificats visés à l'alinéa précédent, toutefois, il peut non seulement demander les renseignements supplémentaires voulus aux autorités gouvernementales du pays importateur, mais aussi adopter les mesures qu'il juge nécessaires aux fins d'une saine gestion fiscale.

Article 17

Aux fins d'un contrôle ultérieur, les copies des certificats et documents connexes devront être conservées pendant deux ans à compter de la date de leur émission.

Article 18

Les dispositions du présent Régime général et les modifications qui y seront apportées ne visent pas les marchandises embarquées à la date de leur adoption.

Article 19

Les règles énoncées à la présente annexe ne s'appliquent pas aux accords de portée partielle --accords de complémentarité économique nos 1, 2, 13 et 14, accords, commerciaux et agricoles --signés dans le cadre du Traité de Montevideo de 1980, auxquels s'appliquent uniquement les dispositions établies dans lesdits accords.

ANNEXE III. RÈGLEMENT DES DIFFÉRENDS

1) Les différends qui pourraient surgir entre les Etats parties du fait de l'application du présent Traité sont réglés par voie de négociation directe.

S'ils ne parviennent pas à un règlement, les Etats parties soumettent le différend au Groupe du Marché commun qui, après avoir examiné la situation, formule aux parties, dans un délai de soixante (60) jours les recommandations voulues en vue du règlement du différend. A cet effet, le Groupe du Marché commun peut créer ou convoquer des réunions d'experts ou des groupes de spécialistes pour lui donner des conseils techniques.

Si aucune solution n'est trouvée dans le cadre du Groupe du Marché commun, le différend est soumis au Conseil du Marché commun pour qu'il adopte les recommandations voulues.

2) Dans un délai de cent vingt (120) jours à compter de l'entrée en vigueur du Traité, le Groupe du Marché commun proposera aux gouvernements des Etats parties un système de règlement des différends qui sera applicable pendant la période de transition

3) Avant le 31 décembre 1994, les Etats participants adopteront un système permanent de règlement des différends applicable dans le cadre du Marché commun.

ANNEXE IV. CLAUSES DE SAUVEGARDE

Article 1

Chacun des Etats parties peut appliquer, jusqu'au 31 décembre 1994, des clauses de sauvegarde à l'importation des produits bénéficiant du Programme de libération des échanges établi dans le cadre du présent Traité.

Les Etats parties conviennent de ne se prévaloir du présent régime que dans des cas exceptionnels.

Article 2

Si les importations d'un produit donné portent ou risquent de porter un préjudice grave à son marché, du fait d'une augmentation notable, dans un laps de temps très bref, des importations dudit produit en provenance des autres Etats parties, le pays importateur demande au Groupe du Marché commun d'organiser des consultations pour remédier à cette situation.

La demande du pays importateur est accompagnée d'une déclaration détaillée exposant les faits, les raisons et justifications qui la motivent.

Le Groupe du Marché commun doit engager les consultations dans un délai maximum de dix (10) jours à compter de la présentation de la demande du pays importateur et doit les conclure, après s'être prononcé sur la question, dans les vingt (20) jours qui suivent l'ouverture desdites consultations.

Article 3

Il incombe à chaque pays de déterminer s'il y a ou s'il risque d'y avoir préjudice grave au sens du présent régime, en tenant compte notamment des données suivantes concernant le produit considéré

- a) Volume de la production et capacité utilisée;
- b) Niveau de l'emploi;
- c) Part du marché;
- d) Volume des échanges entre les parties intéressées ou participant la consultation;
- e) Volume des importations et des exportations avec des pays tiers.

Aucun des facteurs susmentionnés ne constitue en soi un critère décisif pour déterminer s'il y a préjudice ou risque de préjudice grave.

Il n'est pas tenu compte, pour déterminer s'il y a ou s'il risque d'y avoir préjudice grave, de facteurs comme l'évolution technologique ou les changements d'attitude des consommateurs dont les préférences vont à des produits analogues et/ou directement concurrents dans le même secteur.

L'application de la clause de sauvegarde dépend, en dernier ressort, dans chaque pays, de l'approbation de la section nationale du Groupe du Marché commun.

Article 4

Afin de ne pas interrompre les courants d'échanges qui ont pu être établis, le pays Importateur négocie un contingent pour l'importation du produit objet de la sauvegarde, qui est régi par les dispositions préférentielles et autres conditions définies dans le Programme de libération des échanges. Ledit contingent est négocié avec l'Etat partie d'où proviennent les importations dans le cadre de consultations visées à l'article 2. Au terme de celles-ci, s'il n'a pas été possible de parvenir à un accord, le pays Importateur qui s'estime lésé peut fixer un contingent, qui est maintenu pendant un délai d'un an.

Le contingent fixé unilatéralement par le pays Importateur n'est en aucun cas inférieur à la moyenne des volumes importés au cours des trois dernières années civiles.

Article 5

Les clauses de sauvegarde sont prévues pour un an et peuvent être prorogées pour une nouvelle période consécutive d'un an, où seront appliquées les dispositions et conditions définies dans la présente annexe. Ces mesures ne peuvent être adoptées qu'une fois pour chaque produit.

L'application de clauses de sauvegarde ne pourra en aucun cas s'étendre au-delà du 31 décembre 1994.

Article 6

Les clauses de sauvegarde ne s'appliquent pas aux marchandises embarquées à la date de leur adoption, lesquelles entrent dans le contingent prévu à l'article 4 ci-dessus.

Article 7

Pendant la période de transition, si l'un des Etats parties considère qu'il rencontre de graves difficultés dans ses activités économiques, Il demande au Groupe du Marché commun de marier des consultations, afin que les mesures nécessaires soient prises pour y remédier.

Le Groupe du Marché commun, dans les délais fixée à l'article 2 de la présente annexe, évalue la situation et se prononce sur les mesures à adopter, en fonction des circonstances.

ANNEXE V. SOUS-GROUPES DE TRAVAIL DU GROUPE DU MARCHÉ COMMUN

Afin de coordonner les politiques macro-économiques et sectorielles, le Groupe du Marché commun constituera dans les 30 jours suivant sa création les sous-groupes de travail ci-après :

Sous-groupe 1 : Affaires commerciales

Sous-groupe 2 : Affaires douanières

Sous-groupe 3 : Normes techniques

Sous-groupe 4 : Politiques financière et monétaire concernant les échanges

Sous-groupe 5 : Transports terrestres

Sous-groupe 6 : Transports maritimes

Sous-groupe 7 : Politique industrielle et technologique

Sous-groupe 8 : Politique agricole

Sous-groupe 9 : Politique énergétique

Sous-groupe 10 : Coordination des politiques macro-économiques

